

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**DANIEL PERALTA PRADO**

**NORMAS DESPORTIVAS INTERNACIONAIS: FIFA, CBF E  
LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

**CURITIBA**

**2012**

**DANIEL PERALTA PRADO**

**NORMAS DESPORTIVAS INTERNACIONAIS: FIFA, CBF E  
LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

Monografia apresentada no Curso de Graduação  
em Direito, do Setor de Ciências Jurídicas da Universidade  
Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau  
de Bacharel.

Prof<sup>a</sup>. orientadora: Dr<sup>a</sup>. Tatyana Scheila Friedrich

**CURITIBA**

**2012**

## AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo aos meus pais, sem os quais nada seria possível. Sempre me incentivando a estudar e me esforçar ao máximo para que chegasse aonde cheguei: minha mãe que sempre se preocupou com a minha formação e meu pai que me estimulou a mudar para Curitiba e estudar na Universidade Federal do Paraná.

A toda minha família que, cada um em seu momento, dedicou tempo para me ajudar. Minha avó Mariana e meu avô Antonio Peralta que passaram comigo grande parte da minha infância, dando-me os alicerces para ser o homem que sou. Minha avó Abigail, meu avô Orlando e minha tia Abigail que tornaram várias visitas à São Paulo possíveis e inesquecíveis. Minhas tias Rosely e Regina que estão sempre de portas abertas para mim. Enfim, a todos os Peralta e a todos os Prados.

À Daniele de Andrade Damaceno que por dois anos está ao meu lado, alguém com quem posso sempre contar. Muito obrigado pelo tempo que me escutou falando sobre basquete, futebol, todos os demais esportes e sobre o Direito Desportivo.

À Professora Tatyana que aceitou ser minha orientadora nesse tema ainda pouco explorado na Universidade Federal do Paraná. Muito obrigado pela atenção, correção, orientação e empenho dedicado.

Ao Gil Justen Santana, ao Domingos Zainaghi, ao Rinaldo José Martorelli, ao João Henrique Chiminazzo, ao Daniel Cravo, ao Felipe Legrazie Ezabella, ao Alberto Puga e a todos os membros do fórum de discussão CevLeis pelos ensinamentos diários do Direito Desportivo.

Ao Giovani Ribeiro e ao Carlos Vagetti que, com o I Simpósio de Direito Desportivo organizado na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, fizeram com que tivesse certeza de qual seria o ramo do Direito em que me aprofundaria.

Ao Professor Alexandre Quadros e à Professora Larissa Ramina por terem aceitado participarem da banca de avaliação deste trabalho.

Enfim, a todos que me ajudaram e acompanharam, direta ou indiretamente, em meus passos ao longo dessa caminhada jurídica, deixo meu muito obrigado.

## RESUMO

A necessidade de uniformização das regras e normas desportivas ao redor do mundo e a relativização das fronteiras nos negócios desportivos gerou um sistema jurídico próprio que deve ser observado. No caso do futebol, a Fédération Internationale de Football Association (FIFA), em nível mundial, é a responsável por expedir regras e normas desportivas, não apenas relacionadas ao jogo em sentido estrito, mas também com relação a regulamentar todo tipo de atividade com origem no desporto. As normas por ela expedidas se tornam verdadeiro sistema jurídico de direito privado e são recepcionadas no Brasil de duas formas. No âmbito privado, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) detém o monopólio de administração do desporto e goza de autonomia constitucionalmente prevista. No âmbito de direito público, a Lei 9.615/98 recepciona as normas de direito internacional prevendo sua absorção e obediência pelas entidades nacionais de administração do desporto. Em paralelo as câmaras de arbitragem internacionais, a Corte Arbitral do Esporte apresenta atuação relevante no surgimento da *lex sportiva* e na aplicação das normas desportivas internacionais dentro do direito interno. A Convenção de Nova Iorque (sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras) atribuiu força para as câmaras arbitrais internacionais que passaram a ter suas decisões efetivamente aplicadas em todos os países signatários. Em recente alteração na Lei 9.615/98, incluíram-se dispositivos similares aos da FIFA, incorporando ao direito interno o Mecanismo de Solidariedade e a Indenização por Formação. A partir disto, é possível perceber que, sem contrariar a ordem pública e as normas imperativas, o Brasil reconhece as normas internacionais e as sentenças arbitrais internacionais.

Palavras-chave: FIFA, CBF, *lex sportiva*, normas desportivas internacionais.

## ABSTRACT

The need for standardization of sports law around the world generated a sports legal system itself that must be observed. In the case of football the Fédération Internationale de Football Association (FIFA) is responsible for the creation of sports law, not just related to the game in the strict sense, but also in relation to all sorts of regulatory activity originating from the sport. The rules issued by it become true legal system of private law and is approved in Brazil in two ways. In the private sector the Confederação Brasileira de Futebol (CBF) have a monopoly administration of sport and enjoys autonomy constitutionally provided. Under public law, Law 9.615/98 greets the rules of international law and obedience predicting its absorption by the national administration of the sport. In parallel chambers of international arbitration, in particular the Court of Arbitration for Sport have a great importance in the emergence of *lex sportiva* and application of standards within the international sports law. The New York Convention (on the Recognition and Enforcement of Foreign Arbitral Awards) awarded pursuant to international arbitration cameras that have their decisions effectively applied in all signatory countries. In a recent change in Law 9.615/98 included devices similar to FIFA incorporating into domestic law the Compensation and Solidarity Mechanism for Formation. Its possible to see that, without contradicting public policy and mandatory rules, Brazil recognizes international norms and international arbitral awards.

Keywords: FIFA, CBF, *lex sportiva*, global sports law, international sports law.

## SUMÁRIO

<b>Lista de Siglas.....</b>	<b>1</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>2</b>
<b>1. Legislação Desportiva Nacional.....</b>	<b>4</b>
1.1. Previsão Constitucional.....	5
1.2. Lei de Normas Gerais Sobre o Desporto.....	7
1.3. Código Brasileiro de Justiça Desportiva.....	12
<b>2. Natureza Jurídica da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e seu Estatuto.....</b>	<b>14</b>
2.1. Normatização do Desporto Nacional.....	15
2.2. Eficácia da Normatização Desportiva Nacional.....	18
2.3. Método Alternativo de Resolução de Litígios da CBF e Justiça Desportiva.....	19
<b>3. Entidade Internacional de Administração do Futebol (FIFA) e seu Estatuto.....</b>	<b>22</b>
3.1. Normatização do Desporto Internacional.....	25
3.1.1. Código Disciplinar da FIFA.....	26
3.1.2. Regulamento de Status e Transferência de Jogadores da FIFA.....	27
3.1.3. Regulamento de Agentes de Jogadores.....	35
<b>4. Direito Desportivo Internacional.....</b>	<b>38</b>
4.1 <i>Lex Sportiva</i> .....	38
4.2 Arbitragem no Direito Desportivo Internacional.....	42
4.2.1 Câmaras de Arbitragem Internas da FIFA.....	44
4.2.2 Corte Arbitral do Esporte (CAS)/Tribunal Arbitral do Esporte (TAS).....	44
4.3 Posição entre o Direito Público e o Direito Privado.....	47
4.4 Normas da FIFA no ordenamento jurídico nacional.....	54
<b>Conclusão.....</b>	<b>56</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>58</b>

## **Lista de Siglas**

C.A.S/T.A.S – Court of Arbitration for Sport/Tribunal Arbitral du Sport

C.B.F – Confederação Brasileira de Futebol

C.B.J.D – Código Brasileiro de Justiça Desportiva

C.O.N.C.A.C.A.F - Confederation of North, Central American and Caribbean Association Football

C.O.N.M.E.B.O.L - Confederación Sudamericana de Fútbol

C.R.D – Comitê de Resolução de Disputas

F.I.B.A – Federação Internacional de Basquetebol

F.I.F.A – Federation Internationale de Football Association

I.F.A.B – International Football Association Board

S.T.J.D – Superior Tribunal de Justiça Desportiva

T.J.D – Tribunal de Justiça Desportiva

W.A.D.A – World Anti-Doping Agency

## 1. Introdução

O desporto tem uma característica única de integração entre pessoas e países sendo um dos fenômenos sociais que mais envolvem a relativização das fronteiras.

Nas últimas décadas o desporto tem se mostrado também um excelente negócio econômico. Contratações envolvendo consideráveis cifras, patrocínios milionários e transferências polêmicas gerando espaço na mídia que se refletem em interesses econômicos.

Da união da característica internacional do desporto de alto rendimento com a movimentação de grandes quantias de reais e dólares nasce, inevitavelmente, litígios, disputas e ações judiciais envolvendo não apenas leis mas também normas e regras do jogo.

Não raras vezes é possível acompanhar notícias sobre as chamadas “janelas de transferência”, períodos em que os jogadores contratados de equipes estrangeiras podem ser registrados e adquirirem “condição de jogo” para atuarem por seus novos clubes, ou ainda notícias acerca do intenso número de transferências de atletas que geram o dever de indenização pelo direito de *clube formador*.

As normas desportivas, tanto nacionais quanto internacionais, geram efeitos extracampo tanto quanto geram efeitos nas partidas. O Direito Desportivo ultrapassa as regras de impedimento e dos cartões amarelos e vermelhos, passando pela Justiça Desportiva com seus tribunais regional e nacional. Passando também pelo mecanismo interno de solidariedade que envolve legislação nacional e resoluções associativas, chegando ao Direito Internacional Privado de escolha de legislação e arbitragem internacional com sentença reconhecida nacionalmente por força da Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras (Convenção de Nova Iorque).

Embora tenham um caráter essencialmente privado, o futebol no Brasil, e em vários outros países, tem uma essência estatal. Mesmo que a previsão constitucional e a Lei 9.615/98, pilares básicos da legislação desportiva nacional, tenham suas normas voltadas para todos os esportes, é inegável que em sua criação o pensamento estava voltado para o futebol. As normas internacionais passam a integrar o cotidiano jurídico nacional a partir do momento em que a Carta Magna prevê autonomia na organização e funcionamento das entidades de administração do desporto e a lei infraconstitucional especial ao desporto recepciona as normas internacionais das quais cada entidade nacional é filiada.



São as normas internacionais, sua eficácia e interferência na legislação nacional o tema do presente trabalho.

No 1º capítulo serão abordadas as leis e normas internas que versam sobre o Direito Desportivo, em especial as normas que preveem a recepção do Direito Desportivo Internacional no Direito Interno.

No 2º capítulo será feita uma análise acerca da entidade nacional de administração do desporto, seu diploma fundamental e os métodos internos de resolução de litígios.

No 3ª capítulo o foco será a normatização do desporto em nível internacional, seu diploma fundamental e seus regulamentos específicos que uniformizam as relações desportivas em todo o mundo.

Em Direito Desportivo Internacional, 4º capítulo, será analisado o instituto da *Lex Sportiva* que, embora relativamente recente, já possui um relevante importância na elaboração de normas e nas decisões decorrentes de resoluções de litígios desportivos. Será também abordado temas como Arbitragem no Direito Desportivo Internacional, tanto as câmaras internas da FIFA quanto a Corte Arbitral do Esporte (CAS/TAS), sendo demonstrada a importância de ambas na eficácia das normas desportivas internacionais e, enfim, será o analisado o enquadramento da matéria no âmbito legal e a justificativa de sua autonomia frente aos ordenamentos jurídicos estatais.

## 1. Legislação Desportiva Nacional

A legislação desportiva nacional compreende diversas normas, constitucionais e infraconstitucionais, princípios, resoluções, decisões da Justiça Desportiva e regras específicas de cada modalidade. Álvaro Melo Filho, ao defender a criação da matéria Direito Desportivo nos cursos jurídicos escreve que “desde o momento que, em derredor do desporto, gravita um corpo de regras jurídicas das mais diversas hierarquias que lhe são dirigidas, como normas e princípios próprios e soluções jurídicas diferenciadas, não há como negar a autonomia do Direito Desportivo<sup>1</sup>”.

No topo de toda legislação desportiva brasileira há a Constituição Federal que inovou em seu texto pois, como lembra Carlos Miguel Castex Aidar “na história constitucional do Brasil, apenas a Constituição de 1988 é que fez presente a introdução do esporte por meio do artigo 217, incisos e parágrafos<sup>2</sup>”.

A legislação infraconstitucional desportiva de maior importância nacional é a Lei 9.615/98, também conhecida como Lei de Normas Gerais Sobre o Desporto, ou Lei Pelé. A referida lei sofreu influência dos litígios internacionais da época (principalmente o Caso Bosman) e trouxe significativas mudanças para o cenário jurídico desportivo. Para a discussão sobre o conflito normativo desportivo internacional é impossível abordar o tema sem abordar essa lei tendo em vista que é por meio dela que as normas internacionais são absorvidas pelo sistema brasileiro, pode se dizer que a Lei Pelé é a porta de entrada das normas internacionais no Brasil.

Abaixo da Lei Pelé há os atos normativos expedidos pelas entidades de administração do desporto, sejam elas nacionais ou estaduais, por meio de seus estatutos, regulamentos e resoluções. No caso do futebol a Entidade de Administração do Desporto é a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) que mantém como filiadas as Federações de cada Estado brasileiro e é filiada e acata as normas e decisões da *Federation Internationale de Football Association* (FIFA)

---

<sup>1</sup> MELO FILHO, Álvaro. **Direito Desportivo: aspectos teóricos e práticos**. São Paulo: IOB Thomson, 2006. p 14.

<sup>2</sup> AIDAR, Carlos Miguel Castex. Aspectos normativos e retrospectiva histórica da legislação desportiva infraconstitucional. In MACHADO, Rubens Approbato et alli (coordenação) – **Curso de Direito Desportivo Sistemico** – São Paulo: Quartier Latin, 2007. p 72

Previsto pela Constituição Federal e regulada pela Lei 9.615/98, a Justiça Desportiva, composta pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), Tribunal de Justiça Desportiva (TJD), e suas respectivas Comissões Disciplinares, regida pelo Código Brasileiro de Justiça Desportiva, é um famoso subsistema do Direito Desportivo e, nas palavras de Gilmar Mendes “provavelmente o STJD seja mais conhecido do que as cortes superiores. Para muitos, as decisões do STJD são mais relevantes do que as do STJ ou do STF, porque afetam o Corinthians, o Palmeiras, o Santos, etc.<sup>3</sup>”.

## 1.1 Previsão Constitucional

Qualquer estudo jurídico brasileiro que se proponha a fazer deve ter seu início no Direito Constitucional, e com o Direito Desportivo não poderia ser diferente. Como já mencionado, a Constituição de 1988 foi a primeira da história constitucional brasileira a trazer em seu texto o desporto como dever do Estado.

Nas palavras de Álvaro Melo Filho:

A Constituição de 5 de outubro de 1988 outorgou ao desporto o status constitucional, dedicando-lhe um capítulo específico, condensando no art. 217 os postulados que constituem a estrutura de concreto armado da legislação desportiva brasileira. Nesse mister, o dever de o Estado fomentar as práticas desportivas como ‘direito de cada um’, a ‘autonomia desportiva’ das entidades de administração e de prática desportiva e o reconhecimento da Justiça Desportiva, materializados no art. 217, são alguns dos princípios cardais da Carta Magna que iluminam e se espraiam pela legislação infraconstitucional desportiva brasileira e a induzem a tornar-se harmônica com a sociedade desportivizada<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> MENDES, Gilmar. Direito Desportivo: Função Social dos Desportos e Independência da Justiça Desportiva. In MACHADO, Rubens Approbato et alli (coordenação) – **Curso de Direito Desportivo Sistêmico** – São Paulo: Quartier Latin, 2007. p 340

<sup>4</sup> MELO FILHO, Álvaro. **Direito Desportivo: aspectos teóricos e práticos**. São Paulo: IOB Thomson, 2006. p. 65.

O artigo 217 da Constituição Federal<sup>5</sup> trouxe, em seus artigos, parágrafos e incisos, importantes conceitos e princípios que regem o Direito Desportivo. Logo em seu *caput* faz-se a diferenciação daquilo que é prática desportiva formal e o que é prática desportiva não formal.

O conceito de práticas formais e não formais de desporto é encontrado na lei infraconstitucional que será tratada na sequência. O artigo 1º da lei 9.615/98 define como sendo prática formal aquela “regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto”; e sendo a prática não formal aquela “caracterizada pela liberdade lúdica de seus participantes”, ou seja, nas palavras de Martinho Neves Miranda:

A vertente desportiva não-formal constitui-se na atividade realizada sem o traço de competitividade verificada no desporto de rendimento, mas que se coloca em prática visando ao desenvolvimento integral do indivíduo, tanto no plano do bem-estar física quanto mental de quem o executa, estando inserido nesse contexto a manifestação do desporto-lazer e do desporto educacional.<sup>6</sup>

Para Álvaro Melo Filho, o *caput* do artigo 217 cria consigo um dos princípios da legislação desportiva, o princípio da pluralidade da atividade desportiva pois faz a diferenciação entre prática formal e não-formal de desporto. Além desse, o autor elenca outros princípios que se pode extrair do texto constitucional, sendo eles o da autonomia desportiva, que afasta qualquer intromissão estatal, por qualquer de seus Poderes ou órgãos, nos assuntos internos das entidades desportivas; o da diferenciação desportiva, que nasce com a

---

<sup>5</sup> Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

<sup>6</sup> MIRANDA, Martinho Neves. Aportes Teóricos para a Aplicação da Lei de Incentivo ao Desporto de Acordo com a Constituição Federal. In BEM, Leonardo Schmitt de; RAMOS, Rafael Teixeira. **Direito Desportivo – Tributo a Marcílio Krieger**. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p.80.

diferenciação do desporto praticado de modo profissional ou não profissional; e o da proteção da justiça desportiva<sup>7</sup>.

Heraldo Luis Panhoca considera que o próprio texto constitucional autorizou a entrada de normas internacionais no Direito brasileiro pois escreve que, com o inciso II do art. 217 “o legislador admitiu a recepção das regras de prática e normas desportivas internacionais e nacionais específicas, naquilo que não forem colidentes com o fundamento da ‘soberania’ nacional, prevista no artigo 1º, da Constituição Federal.<sup>8</sup>”

Outros conceitos que aparecem no texto constitucional e são definidos pelo legislador infraconstitucional na Lei 9.615/98 são os de desporto educacional, “praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e da prática do lazer”; de desporto de alto rendimento, “praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas comunidades do País e estas com as de outras nações”; desporto profissional “caracterizado pela remuneração pactuada com contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva”; e o desporto não profissional “identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos”.

## 1.2 Lei de Normas Gerais Sobre o Desporto

Também conhecida como Lei Pelé, a Lei 9.615 de 24 de março de 1998, que na época de sua promulgação se assemelhava, e muito, à “Lei Zico” (8.672/93), sofreu numerosas alterações até chegar no texto atual. Estas alterações se deram pelas leis 9.981/00, 10.264/01, 10.672/03 e 12.395/11.

Como já foi dito anteriormente, o § 1º do art. 1º, da lei em questão é a porta de entrada das normas desportivas internacionais na legislação pátria pois prescreve que “a prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática

---

<sup>7</sup> MELO FILHO, Álvaro. **Direito Desportivo: aspectos teóricos e práticos**. São Paulo: IOB Thomson, 2006. pgs 90-92.

<sup>8</sup> PANHOCA, Heraldo Luis. Lei Pelé – Oito Anos (1998-2006): Origem do d’esporto. In MACHADO, Rubens Approbato et alli (coordenação) – **Curso de Direito Desportivo Sistemico**. São Paulo: Quartier Latin, 2007. p 122.

desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto”.

Carlos Arthur Nuzman ao abordar a Lei Pelé escreve que:

Seu parágrafo 1º dispõe claramente da necessidade de se seguir as regras determinadas para a prática desportiva de cada modalidade, visando integrar os atletas e comunidades de todo o país e estes com os de outras nações. Além disso, torna-se notório que nenhuma entidade esportiva pode estabelecer quaisquer regras que firam as normas das entidades internacionais hierarquicamente superiores, seja sua Federação Internacional, o Comitê Olímpico Internacional ou suas entidades Sul-americanas ou Pan-americanas, no que lhes couber.<sup>9</sup>

A Lei Pelé traz consigo mais uma série de princípios expressos que norteiam o Direito Desportivo sendo eles o da soberania, caracterizado pela supremacia nacional na organização da prática desportiva; da autonomia, definido pela faculdade e liberdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva; da democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem quaisquer distinções ou formas de discriminação; da liberdade, expresso pela livre prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidade do setor; do direito social, caracterizado pelo dever do Estado em fomentar as práticas desportivas formais e não-formais; da diferenciação, consubstanciado no tratamento específico dado ao desporto profissional e não profissional; da identidade nacional, refletido na proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional; da educação, voltado para o desenvolvimento integral do homem como ser autônomo e participante, e fomentado por meio da prioridade dos recursos públicos ao desporto educacional; da qualidade, assegurado pela valorização dos resultados desportivos, educativos e dos relacionados à cidadania e ao desenvolvimento físico e moral; da descentralização, consubstanciado na organização e funcionamento harmônicos de sistemas desportivos diferenciados e autônomos para os níveis federal, estadual, distrital e municipal; da segurança, propiciado ao praticante de qualquer modalidade desportiva, quanto a sua integridade física, mental ou sensorial; e da eficiência, obtido por meio do estímulo à competência desportiva e administrativa.

---

<sup>9</sup> NUZMAN, Carlos Arthur. Organização do Direito Desportivo Internacional – Normas e Funcionamento do COI, das Federações Internacionais, COB e FIFA. In MACHADO, Rubens Approbato et alli (coordenação) – **Curso de Direito Desportivo Sistêmico**. São Paulo: Quartier Latin, 2007. p 51.

A respeito dos princípios Carlos Miguel Castex escreve que:

A Lei Pelé consagra doze princípios que regem o desporto no Brasil: soberania; autonomia, democratização; liberdade; direito social; diferenciação; identidade social; educação; qualidade; descentralização; segurança e eficiência. Conquanto isso esteja absolutamente consagrado no nosso texto legal, a autonomia às vezes não é respeitada. Mas é fácil entender por que temos a lei no Brasil, que rege o esporte de uma determinada forma, mas nas relações internacionais é óbvio e evidente que a lei brasileira não vai se aplicar ao outro país, e aí o que entra em vigor não é a lei brasileira e nem a de outro país, mas a regulamentação provinda da entidade internacional de direção do esporte.<sup>10</sup>

Em se tratando de Direito Internacional, cabe aqui relembrar que o legislador brasileiro, ao extinguir o antigo instituto conhecido como “passe” que, nas palavras de Domingos Sávio Zainaghi, era um “instrumento pelo qual o atleta praticante de futebol ficava atrelado ao clube empregador mesmo após o término do contrato de trabalho<sup>11</sup>”, teve uma forte influência vinda do exterior, mais especificamente do Tribunal de Justiça da União Europeia, em uma decisão que ficou internacionalmente conhecida como “Caso Bosman”:

(...) a ‘Sentença Bosman’ foi um marco europeu e até mundial, que alterou significativamente o mercado de transferências de jogadores. Em breve resumo, trata-se de uma decisão de 15 de dezembro de 1995, da Corte de Justiça Europeia, que declarou a ilegalidade por violação ao artigo 48 do Tratado da Comunidade Europeia, que dispõe sobre a livre circulação dos jogadores, das normas que preveem o direito de um clube de exigir de outro clube, para a cessão de jogadores com contrato de trabalho findo, o pagamento de indenização; bem como extinguiu as cláusulas de nacionalidade entre os países membros.<sup>12</sup>

Em sua última alteração, que ocorreu em virtude da Lei 12.395/11, houve quase que uma transcrição de um dispositivo presente no *Regulation on the Status and Transfer of Players*, documento normativo oficial da FIFA. O artigo Art. 27-B torna “nulas de pleno direito as cláusulas de contratos firmados entre as entidades de prática desportiva e terceiros, ou entre estes e atletas, que possam intervir ou influenciar nas transferências de atletas ou,

---

<sup>10</sup> AIDAR, Carlos Miguel Castex. Aspectos normativos e retrospectiva histórica da legislação desportiva infraconstitucional. In MACHADO, Rubens Approbato et alli (coordenação) – **Curso de Direito Desportivo Sistemico**. São Paulo: Quartier Latin, 2007. p 80.

<sup>11</sup> ZAINAGHI, Domingos Sávio. As Relações de Trabalho do Desporto. In BEM, Leonardo Schmitt de; RAMOS, Rafael Teixeira. **Direito Desportivo – Tributo a Marcílio Krieger**. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p.208.

<sup>12</sup> EZABELLA, Felipe Legrazie. **Agente FIFA e o Direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 29.

ainda, que interfiram no desempenho do atleta ou da entidade de prática desportiva, exceto quando objeto de acordo ou convenção coletiva de trabalho”, enquanto a FIFA em seu documento de 2008 já previa que “nenhum clube poderá assinar um contrato que permita que outras partes, ou terceiros, adquiram a capacidade de influenciar no contrato e nas relações de transferência, sua independência ou em seu desempenho no clube”<sup>13</sup>. Com essa alteração, o legislador brasileiro tenta diminuir o poder de decisão exercido sobre o clube da figura popularmente conhecida como “empresário” que permanece como uma importante fonte de recursos aos clubes brasileiros, auferindo lucros de transferências nacionais e internacionais de jogadores.

No mesmo sentido, mas com a intenção de proteger os jogadores de contratos com “agentes desportivos”, que possam versar sobre mais do que apenas o real agenciamento, pelo artigo 27-C foram considerados “nulos de pleno direito os contratos firmados pelo atleta ou por seu representante legal com agente desportivo, pessoa física ou jurídica, bem como as cláusulas contratuais ou de instrumentos procuratórios que resultem vínculo desportivo; impliquem vinculação ou exigência de receita total ou parcial exclusiva da entidade de prática desportiva, decorrente de transferência nacional ou internacional de atleta, em vista da exclusividade de que trata o inciso I do art. 28; restrinjam a liberdade de trabalho desportivo; estabeleçam obrigações consideradas abusivas ou desproporcionais; infrinjam os princípios da boa-fé objetiva ou do fim social do contrato; ou versem sobre o gerenciamento de carreira de atleta em formação com idade inferior a 18 (dezoito) anos.

É possível aqui tecer uma crítica ao dispositivo legal que torna nulo os contratos firmados com agente desportivo que verse sobre o gerenciamento de carreira de atleta em formação com idade inferior a dezoito anos. É fato que um jovem nesta idade está mais vulnerável à realizar negócios jurídicos que possam vir a ser mais interessantes ao agente do que ao jogador, e a legislação brasileira tem de fato que proteger o atleta em formação entretanto, ao superprotegê-lo de todos os agentes desportivos (reconhecer como válido um contrato de agenciamento) o deixou a mercê dos interesses dos clubes, uma vez que a negociação entre eles não pode mais ser intermediada por um especialista na matéria que,

---

<sup>13</sup>“no club shall enter into a contract which enables any other party to that contract or any third party to acquire the ability to influence in employment and transfer-related matters its independence, its policies or the performance of its teams.” **Regulations on the Status and Transfer of Players** . Disponível em [http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/01/06/30/78/statusinhalt\\_en\\_122007.pdf](http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/01/06/30/78/statusinhalt_en_122007.pdf) . Acesso em 11/11/2012



como pode ser percebido, é vasta, minuciosa e pode tratar de uma carreira e até mesmo de um sonho que a grande maioria dos jovens brasileiros tem, de se tornar um jogador profissional de futebol.

Tendo em vista que o agente desportivo é usualmente confundido com uma série de outras atividades como empresários, procuradores, representantes, é que se faz necessário definir o que a legislação brasileira entende como agente desportivo, sendo que:

No Brasil, a respeito da denominação, seguiu-se sempre a orientação da FIFA, que quando adotou seu primeiro regulamento, em 1994, batizou-o de *Players' Agents Regulation*. No entanto, o Regulamento d Agente de Jogadores, instituído pela Resolução de Diretoria (RDI) da CBF nº 07/01, entrou em vigor somente em 8 de outubro de 2001. Dessa forma, apesar da analogia com diversos institutos jurídicos, preferiu-se seguir a denominação utilizada pelas entidades nacional (CBF) e internacional (FIFA) que organizam o desporto, definindo o contrato e a atividade aqui estudada de Agente FIFA. Assim, pode-se concluir que “Agente” é o gênero, pois é relacionado com a atividade de um modo geral, enquanto que “FIFA” é a espécie, específica no caso para atletas de futebol, podendo variar, por exemplo, se tratar-se de outras modalidades como basquete, vôlei, tênis, etc.<sup>14</sup>

Logo, a definição de agente desportivo aqui apresentado é de “uma pessoa física a qual, por uma remuneração, apresenta jogadores para clubes com a finalidade de negociar ou renegociar um contrato de trabalho ou apresenta dois clubes entre si com a finalidade de concluir uma transferência” presente no *Regulations Player's Agents* da FIFA.

A Lei Pelé trata, entre outros institutos do Direito Desportivo, acerca das rescisões contratuais e das cláusulas indenizatórias devidas pelo atleta ao clube e cláusulas compensatórias devidas pelo clube ao atleta, apresenta a definição de entidade formadora que é de extrema importância nacional e internacional tendo em vista os mecanismos de solidariedade que garantem ao *clube formador* uma indenização mesmo sem a existência de contrato de trabalho em vigência, os direitos e deveres dos jogadores e dos clubes, os direitos da personalidade de imagem e de arena, e a Justiça Desportiva.

---

<sup>14</sup> EZABELLA, Felipe Legrazie. **Agente FIFA e o Direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Quartier Latin, 2010. p. 29.

### 1.3 Código Brasileiro de Justiça Desportiva

Em 1989, Michael B. Will em um artigo acerca das normas desportivas internacionais e direito interno escreveu que

De particular interesse é a organização da Justiça Desportiva no Brasil, tomando-se aqui como exemplo as regras do Código Brasileiro Disciplinar de Futebol, aprovado pela Portaria nº 702, de 17-12-1981, do Ministro de Estado da Educação e Cultura, nos termos do art. 42, inc. III, da Lei nº 6.251, c.c art. 633 do Decreto nº 80.228. A estrutura da Justiça Desportiva apresenta notável semelhança com a Justiça Ordinária. Há três instâncias jurisdicionais, correspondentes aos territórios das respectivas entidades desportivas: as Juntas da Justiça Desportiva, com jurisdição no território de cada Federação; e, em terceira instância, com jurisdição em todo o território nacional, o Tribunal Especial e o Superior Tribunal de Justiça Desportiva. Todos esses órgãos são colegiados compostos por auditores que preencham determinadas condições, atuando junto a eles procuradores e sendo auxiliados por secretarias; à imagem e semelhança, portanto, da justiça estatal.<sup>15</sup>

De 1989 até 2012 o Código Brasileiro Disciplinar de Futebol deixou de existir e hoje vigora o Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD), aprovado pelo Conselho Nacional do Esporte em 10 de dezembro de 2009 (Resolução CNE nº 29/09), que além de tratar acerca de todas as modalidades, e não apenas do futebol, ganhou status constitucional e é regulado pela Lei 9.615/98. Entretanto, a Justiça Desportiva brasileira continua sendo modelo para o mundo, autônoma das respectivas entidades de administração e com procedimentos que muito se assemelham à justiça comum.

Paulo Marcos Schmitt define Justiça Desportiva como:

o conjunto de instâncias desportivas autônomas e independentes, considerados órgãos judicantes que funcionam junto a entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público ou privado, com atribuições de dirimir os conflitos de natureza desportiva e de competência limitada ao processo e julgamento de infrações disciplinares e procedimentos especiais definidos em códigos desportivos<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> WILL, Michael B. **Normas desportivas internacionais e direito interno**. p. 374. Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/181948> Acesso em 24/10/2012.

<sup>16</sup> SCHMITT, Paulo Marcos. Justiça Desportiva. Organização e Competência. A Procuradoria de Justiça Desportiva. Medidas Disciplinares em Espécie. Os Procedimentos de 1ª e 2ª Instância. As Medidas Especiais e Urgentes. In MACHADO, Rubens Approbato et alli (coordenação) – **Curso de Direito Desportivo Sistemico**. São Paulo: Quartier Latin, 2007. p 378.

A Justiça Desportiva é regida por uma série de princípios expressos. A Lei 10.671/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Torcedor, trata como um direito do torcedor que os órgãos da Justiça Desportiva observem os princípios da impessoalidade, da moralidade, da celeridade, da publicidade e da independência. Cabe aqui conceituar, segundo o próprio Estatuto do Torcedor, a figura do torcedor: “toda pessoa que aprecie, apoie ou se associe a qualquer entidade de prática desportiva do País e acompanhe a prática de determinada modalidade desportiva”.

A competência da Justiça Desportiva é facilmente explicada a partir do artigo 50 da Lei 9.615/98 “A organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva, limitadas ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas, serão definidos nos Códigos de Justiça Desportiva, facultando-se às ligas constituir seus próprios órgãos judicantes desportivos, com atuação restrita às suas competições”.

A manutenção financeira da Justiça Desportiva é responsabilidade de cada entidade de administração do desporto à qual o Tribunal tenha competência.

Um polêmico e importante dispositivo da Lei Pelé, presente no capítulo que se refere à Justiça Desportiva, garante que “o recurso ao Poder Judiciário não prejudicará os efeitos desportivos validamente produzidos em consequência da decisão proferida pelos Tribunais de Justiça Desportiva.”.

Outros princípios que devem ser respeitados, e servir como lentes através das quais se devem interpretar o Código Brasileiro de Justiça Desportiva são a ampla defesa; celeridade; contraditório; economia processual; impessoalidade; independência; legalidade; moralidade; motivação; oficialidade; oralidade; proporcionalidade; publicidade; razoabilidade; devido processo legal; tipicidade desportiva; prevalência, continuidade e estabilidade das competições; e espírito desportivo.

Gilmar Mendes, versando acerca da função social do desporto e independência da Justiça Desportiva deixa que “O STJD é um órgão de distribuição de justiça altamente especializado e eficiente. De modo que precisamos alargar nossa visão sobre sua competência e, quiçá, colocar em xeque a “ideologia judiciária”, no sentido de que tudo há de ser submetido ao Poder Judiciário”<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> MENDES, Gilmar. Direito Desportivo: Função Social dos Desportos e Independência da Justiça Desportiva. In MACHADO, Rubens Approbato et alli (coordenação) – **Curso de Direito Desportivo Sistêmico**. São Paulo: Quartier Latin, 2007. p 342.

## 2. Natureza Jurídica da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e seu Estatuto

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF), pessoa jurídica de direito privado, é constituída na forma de associação que, por seu caráter desportivo de dirigente do futebol nacional, goza da autonomia desportiva prevista constitucionalmente.

São atribuições da CBF, entre outras, administrar, dirigir e fiscalizar de forma única e exclusiva a prática profissional e não profissional do futebol em território nacional; realizar e coordenar as competições nacionais da modalidade; representar o futebol brasileiro em competições oficiais ou partidas amistosas; respeitar, cumprir e fazer cumprir as decisões e normas em geral das entidades internacionais de administração do desporto; regulamentar as legislações específicas existentes acerca dos atletas profissionais e não profissionais; aplicar penalidades, no âmbito de seus limites, aos infratores das normas previstas e; manter registros das entidades de prática do desporto, seus atletas e agentes indiretos.

Essas, e diversas outras atribuições, estão presentes no Estatuto da Confederação Brasileira de Futebol e, tais estatutos, nas palavras de Sílvio de Salvo Venosa “constituem a lei orgânica da entidade. É norma obrigatória para os fundadores da associação de todos aqueles que no futuro dela venham participar. A vontade dos novos membros manifesta-se pela adesão à associação e aos regulamentos que a compõem.<sup>18</sup>”.

Ao falar acerca do Estatuto da Confederação Álvaro Melo Filho considera que

O novo Estatuto da CBF, respeitando tais diferenças conceituais entre autonomia, independência e soberania, apoiou-se no exercício da liberdade de associação e no seu poder de autonormação e de autogoverno, dentro dos contornos traçados na Magna Carta, em que o direito de auto-organização e de auto-regulação é uma prerrogativa constitucionalmente garantida às associações de direito privado<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: parte geral**. -8. ed. São Paulo: Atlas, 2008. – (Coleção direito civil; v.1). p. 260.

<sup>19</sup> MELO FILHO, Álvaro. **Direito Desportivo: aspectos teóricos e práticos**. Álvaro Melo Filho – São Paulo: IOB Thomson, 2006. p 145.

Conforme prescrito no artigo 53 do Código Civil Brasileiro, as associações devem ter finalidade não econômica, dessa forma, a CBF não tem fim lucrativo e deve aplicar seus recursos financeiros na realização de suas finalidades.

A organização da CBF é semelhante à organização internacional sendo a Confederação o topo da pirâmide, tendo em cada Estado brasileiro e no Distrito Federal uma única e exclusiva Federação filiada, e à elas, na base da pirâmide, as entidades de prática desportiva (os clubes).

O Comitê de Resolução de Litígios é um membro previsto no Estatuto que tem como competência a decisão de litígios entre jogadores, entidades de prática desportiva e agentes de jogadores. Os membros do Comitê são indicados pelo presidente da CBF.

O Estatuto prevê ainda um Tribunal Arbitral vinculado à CBF com competência para dirimir os litígios nacionais internos entre ela, seus membros, os clubes, os jogadores, os árbitros, os treinadores, os médicos, os preparadores físicos, os auxiliares, os agentes de partidas e os agentes de jogadores nas matérias que estejam fora da competência constitucionalmente atribuída à Justiça Desportiva.

O Estatuto prevê, por força de disposição da FIFA, que todos os filiados à Confederação (Federações, clubes e agentes de jogadores licenciados) devem se abster de recorrer ao Poder Judiciário na busca de resolução de litígios de natureza desportiva, devendo sempre recorrer aos órgãos e autoridades reconhecidos pela Federação Internacional e devendo sempre cumprir as decisões proferidas pelos tribunais da Justiça Desportiva.

## 2.1 Normatização do Desporto Nacional

Em se tratando de desporto nacional, há que se dividir entre a área de regulação estatal e a de regulação pelas respectivas entidades:

A regulação estatal da atividade desportiva formal é a de definir os contornos dentro dos quais ela pode ser exercida, não devendo, entretanto, ir a ponto de adentrar o mérito da matéria desportiva, pois este é apresentado como um assunto a ser disciplinado interna corporis, já que está protegido pelo princípio da liberdade associativa<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> MIRANDA, Martinho Neves. **O direito no desporto** – 2.ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.p. 146

Martinho Neves Miranda divide as áreas de atuação das entidades administração do desporto e a de atuação do Estado em quatro distintas. Para o autor existiria (a) a área que regula o funcionamento interno das associações desportivas, que se encontram dispostas nos estatutos de cada entidade e devem ser delimitadas pelo Estado criando as margens dentro das quais a autonomia irá ser desenvolvida; (b) a área de densidade desportiva máxima que pode ser traduzida nas “regras do jogo” de competência exclusiva das entidades; (c) a área de densidade desportiva média, que possuem um carácter administrativo pois são aqueles que regulam o comportamento dos envolvidos nas competições de cada modalidade e podem envolver mais do que um carácter disciplinar, trazendo consigo a possibilidade de gerar litígios entre as partes e não devem, em hipótese alguma, colidir com os direitos garantidos pelo Estado; e por fim (d) a área de densidade desportiva mínima, que se trata de competência exclusiva do Estado em regulamentar as relações económicas e sociais relativas ao desporto.

A CBF realiza a normatização do futebol nacional por meio de Regulamentos e Resoluções que estão na área de densidade desportiva máxima e média.

É através da Resolução da Presidência nº 1/2012 que a CBF estabelece normas, critérios e diretrizes para a emissão do Certificado de *Clube Formador*, para atender o previsto no §3º do artigo 29 da Lei 9.615/98<sup>21</sup>.

Este dispositivo legal criou a Compensação por Formação<sup>22</sup> e é uma incorporação pela legislação pátria do instituto da *Training Compensation*, prevista no *Regulations on the Status and Transfers of Players*, como o pagamento indenizatório para cobrir os gastos na formação de jovens atletas no caso da impossibilidade de assinar com ele o seu primeiro contrato de trabalho desportivo.

---

<sup>21</sup> § 3º A entidade nacional de administração do desporto certificará como entidade de prática desportiva formadora aquela que comprovadamente preencha os requisitos estabelecidos nesta Lei.

<sup>22</sup> § 5º A entidade de prática desportiva formadora fará jus a valor indenizatório se ficar impossibilitada de assinar o primeiro contrato especial de trabalho desportivo por oposição do atleta, ou quando ele se vincular, sob qualquer forma, a outra entidade de prática desportiva, sem autorização expressa da entidade de prática desportiva formadora, atendidas as seguintes condições:

I - o atleta deverá estar regularmente registrado e não pode ter sido desligado da entidade de prática desportiva formadora;

II - a indenização será limitada ao montante correspondente a 200 (duzentas) vezes os gastos comprovadamente efetuados com a formação do atleta, especificados no contrato de que trata o § 4º deste artigo;

III - o pagamento do valor indenizatório somente poderá ser efetuado por outra entidade de prática desportiva e deverá ser efetivado diretamente à entidade de prática desportiva formadora no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da vinculação do atleta à nova entidade de prática desportiva, para efeito de permitir novo registro em entidade de administração do desporto.

Com esta incorporação legislativa:

Os clubes formadores de atletas passam a receber uma proteção jurídica até então incogitada nos textos legais desportivos para ‘desenhar’ o futuro desportivo do atleta. E o faz buscando proteger com cláusula de natureza reparadora e indenizatória de danos a atividade formativa proporcionada pelo clube, em ocorrendo o desrespeito ao direito de preferência pelo atleta<sup>23</sup>.

Cabe ressaltar que, para que o clube seja considerado como entidade formadora do atleta deve preencher os requisitos previstos em legislação específica (art. 29, §2º, II, alíneas “a” a “i”) e o competente certificado objeto da Resolução.

A Resolução da Presidência nº 01/2011 aprova o regimento interno do Comitê de Resolução de Litígios da CBF.

A Resolução da Presidência nº 02/2005 dispõe sobre os períodos de inscrição e registro de jogadores profissionais transferidos para o Brasil, as famosas “janelas de transferência”.

As “janelas” são uma exigência da FIFA também previstas no *Regulations on the Status and Transfers of Players* que, com o argumento de ser “instrumento necessário para salvaguardar dois princípios fundamentais do sistema normativo estabelecido pela FIFA: de um lado, a preservação da estabilidade contratual entre clubes e atletas; de outro, a integridade ou o equilíbrio da competição<sup>24</sup>” determina que a Confederação Brasileira de Futebol fixe dois períodos anuais “para concretização de transferências internacionais de atletas, com inscrição e registro dos respectivos contratos de trabalho desportivo<sup>25</sup>”.

O principal Regulamento da CBF é o Regulamento Geral das Competições. Como o próprio nome diz, trata-se do regulamento ao qual todas as competições organizadas pela entidade devem seguir, ao lado do regulamento específico de cada uma delas.

Ao lado das normas presentes no Regulamento, obrigatórias para todas as competições, as regras do jogo determinadas pela *International Football Association Board*, as normas da FIFA, as normas gerais da CBF, o Código Brasileiro de Justiça Desportiva e o Estatuto do Torcedor também são normas de aplicáveis a toda e qualquer competição.

---

<sup>23</sup> MELO FILHO, Álvaro. **Nova lei Pelé: avanços e impactos**. Rio de Janeiro. Maquinária. 2011 p.154

<sup>24</sup> SOUZA, Daniel Cravo. **A problemática das “janelas de transferência” no contexto do futebol brasileiro**. p. 7

<sup>25</sup> MELO FILHO, Álvaro. **Nova lei Pelé: avanços e impactos**. Rio de Janeiro. Maquinária. 2011 p.221

As competências administrativas dentro das competições são divididas entre a CBF, a Direção das Competições, as federações estaduais, o clube com mando de campo, o árbitro e o delegado do jogo. Grande parte dessas atribuições previstas no Regulamento é em decorrência dos requisitos exigidos por lei no Estatuto do Torcedor.

O Regulamento determina as especificações administrativas para que os atletas tenham condição de jogo e possam atuar por suas equipes nas competições.

O Regulamento limita a participação de atletas não profissionais (no máximo cinco em cada partida), bem como proíbe a participação de atletas não profissionais maiores que 20 (vinte) anos, e limita a inscrição de 3 (três) jogadores estrangeiros em cada jogo.

Em conformidade com o artigo 64 do Estatuto da FIFA (e com a legislação nacional) os clubes participantes submetem o julgamento das questões disciplinares ocorridas dentro das competições aos respectivos órgãos da Justiça Desportiva.

## 2.2 Eficácia da Normatização Desportiva Nacional

A CBF encontra eficácia na normatização por ela expedida nas características próprias do Direito Desportivo.

A CBF garante o controle da administração do futebol profissionalmente organizado em nível nacional por ser a única reconhecida pelo órgão máximo (a FIFA) como competente para tal em território brasileiro.

Martinho Neves Miranda expõe que, decorrente do fato das federações internacionais terem adotado a prática de ter um representante exclusivo em cada país filiado, “as entidades nacionais transformaram-se em associações privilegiadas perante os poderes públicos, pois diante deles são apresentadas na condição de líderes na organização de um determinado segmento do desporto.”<sup>26</sup>.

A eficácia das normas da Confederação encontra então fundamento no poder coercitivo de aplicar sanções que podem chegar à desfiliação da entidade de prática desportiva ou do atleta infrator.

No Brasil, país no qual o futebol chega a ser considerado “patrimônio cultural brasileiro” ou que “é o elemento que mais acentuadamente promove a integração nacional e

---

<sup>26</sup> MIRANDA, Martinho Neves. **O direito no desporto** – 2.ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.p.



desperta o sentimento de nacionalidade.<sup>27</sup>”, a sanção de desfiliação ou a proibição de participação em qualquer competição, desde os campeonatos organizados pelas federações regionais até a principal competição internacional organizada pela FIFA, pode ter maior relevância do que aquelas aplicadas pelo Poder Judiciário.

Ken Foster, ao analisar a complexa situação que se forma quando existe conflito entre as normas internacionais do desporto, aplicadas localmente pelas federações de cada nação, deixa bem clara a magnitude da gravidade da sanção de desfiliação

Falhar nessa missão irá normalmente resultar em sanções sendo impostas pela federação desportiva internacional, da qual poderá seguir para uma suspensão ou expulsão da federação desportiva internacional. Em termos esportivos isso é um sério impeditivo e pena severa para qualquer associação nacional e as pessoas sob sua jurisdição as quais verão elas mesmas excluídas de competições internacionais.<sup>28</sup>

Considerando a definição de eficácia jurídica de José Afonso da Silva que é “a qualidade de produzir, em maior ou menor grau, efeitos jurídicos ao regular, desde logo, as situações, relações e comportamentos nela indicados<sup>29</sup>”, as normas expedidas pela Confederação Brasileira de Futebol têm sim eficácia pois regulam o comportamento das entidades de práticas desportivas nacionais, bem como de atletas, agentes registrados e todos os demais sujeitos à CBF vinculados, tendo em vista que as sanções impostas são suficientes para que o comportamento desejado seja alcançado.

## 2.3 Método Alternativo de Resolução de Litígios da CBF e a Justiça Desportiva

Tendo em vista a especificidade da legislação desportiva nacional e internacional, a necessidade de decisões rápidas nas demandas desportivas e em razão da previsão estatutária da FIFA que trata como obrigação das Associações/Confederações filiadas a estipulação de

---

<sup>27</sup> MENDES, Gilmar. Direito desportivo: Função social dos desportos e independência da Justiça Desportiva. In MACHADO, Rubens Approbato et alli (coordenação) – **Curso de Direito Desportivo Sistemico**. São Paulo: Quartier Latin, 2007. p 336.

<sup>28</sup> FOSTER, Ken. **Is There a International Sports Law?** p. 14. Disponível em <http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/law/elj/eslj/issues/volume2/number1/foster.pdf> . Acesso em 11/11/2012

<sup>29</sup> SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 3ª ed., Malheiros, São Paulo. p. 55/56

cláusula que afasta do Poder Judiciário demandas relacionadas à regulação administrativa desportiva<sup>30</sup>, a Confederação Brasileira criou o Comitê de Resolução de Litígios que atua como uma espécie de tribunal de arbitragem.

A arbitragem que, nas palavras do Professor Sérgio Cruz Arenhart

Trata-se de instrumento de natureza *privada* – não no sentido de que o poder público não o possa prover, mas sim porque é instalada exclusivamente pela vontade das partes, que *optam* por esta via de solução de litígios – em que se busca em um terceiro (ou terceiros) imparcial a solução para certo conflito surgido em relações intersubjetivas. Constitui-se, também, em instrumento de ordem *convencional*, já que compete aos interessados decidirem sujeitar certa controvérsia à decisão de um árbitro – renunciando à tutela jurisdicional tradicional – decidindo, outrossim, a respeito da extensão dos poderes outorgados àquele para eliminar os conflitos.<sup>31</sup>

O Comitê de Resolução de Litígios da CBF, previsto no Estatuto da entidade, com seu regimento aprovado pela Resolução da Presidência nº 1/2011 é um destes meios alternativos.

Como já visto, sua competência é exclusiva para a resolução de litígios gerados em âmbito nacional por agentes de jogadores licenciados, jogadores, clubes, sobre mecanismo de solidariedade interno e direito de formação.

O direito aplicável na análise dos litígios são os estatutos e regulamentos da CBF e da FIFA, bem como a legislação desportiva nacional.

O Comitê possui um procedimento próprio, previsto em seu Regimento Interno, que garante os direitos processuais básicos. A deliberação entretanto, acontece a portas fechadas, sendo que todos os membros presentes tem a obrigação de votar.

---

<sup>30</sup> Art. 68.3 *The Associations shall insert a clause in their statutes or regulations, stipulating that it is prohibited to take disputes in the Association or disputes affecting Leagues, members of Leagues, clubs, members of clubs, Players, Officials and other Association Officials to ordinary courts of law, unless the FIFA regulations or binding legal provisions specifically provide for or stipulate recourse to ordinary courts of law. Instead of recourse to ordinary courts of law, provision shall be made for arbitration. Such disputes shall be taken to an independent and duly constituted arbitration tribunal recognised under the rules of the Association or Confederation or to CAS. The Associations shall also ensure that this stipulation is implemented in the Association, if necessary by imposing a binding obligation on its members. The Associations shall impose sanctions on any party that fails to respect this obligation and ensure that any appeal against such sanctions shall likewise be strictly submitted to arbitration, and not to ordinary courts of law. FIFA Statutes.* Disponível em <http://www.fifa.com/mm/document/affederation/generic/01/66/54/21/fifastatutes2012e.pdf> . Acesso em 17/01/2013

<sup>31</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. **Breves observações sobre o procedimento arbitral.** Disponível em: [http://ufpr.academia.edu/SergioCruzArenhart/Papers/142816/BREVES\\_OBSERVACOES\\_SOBRE\\_O\\_PROCEDIMENTO\\_ARBITRAL](http://ufpr.academia.edu/SergioCruzArenhart/Papers/142816/BREVES_OBSERVACOES_SOBRE_O_PROCEDIMENTO_ARBITRAL) . Acesso em 11/11/2012

A sede de recurso das decisões do Comitê é igualmente um tribunal arbitral reconhecido pela Confederação Brasileira de Futebol.

É importante ressaltar que, por se tratar de uma espécie de arbitragem só podem ser levados à apreciação direitos patrimoniais disponíveis, desde que especificado no instrumento contratual e reconhecida a competência do Comitê.

A CBF criou, ao regulamentar internamente o Direito de Formação instituído pela última alteração na Lei 9.615/98, com a Resolução da Presidência nº 02/2012, o modelo de Contrato de Formação Desportiva, que pode ser adotado pela entidade formadora. Neste modelo a CBF coloca a cláusula arbitral, submetendo os litígios em decorrência deste Direito de Formação ao Comitê de Resolução de Litígios.

A Justiça Desportiva também funciona como um tribunal de competências próprias e exclusivas, porém, de natureza disciplinar.

Os Tribunais de Justiça Desportiva, que tem como principal legislação o Código Brasileiro de Justiça Desportiva e o Estatuto do Torcedor, têm sua competência instituída na Constituição Federal sendo, por força constitucional, necessário o prévio esgotamento de suas instâncias, ou o prazo de 60 (sessenta) dias sem decisão definitiva, para que a demanda possa ser levada ao Poder Judiciário. Desta forma

a Constituição Federal criou um subsistema próprio de contencioso administrativo, assegurando à justiça desportiva a prevalência sobre a justiça comum para deliberar sobre disciplina e competição, garantindo a quem quer que seja, ultimados 60 dias do processo desportivo, caso não tenha ocorrido o pronunciamento definitivo dessa instância, recorrer à justiça comum.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> LANDREDI, Luís Geraldo. Em busca da legitimidade intrínseca da Justiça Desportiva: Ainda a re(discussão) dos limites da intervenção no fenômeno desportivo. In BEM, Leonardo Schmitt de; RAMOS, Rafael Teixeira. **Direito Desportivo – Tributo a Marcílio Krieger**. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p. 339

### 3. Entidade Internacional de Administração do Futebol (FIFA) e seu Estatuto.

A FIFA é uma associação, pessoa jurídica de direito privado, registrada em consonância com o Direito Suíço e tem sua sede em Zurique, na Suíça. Seu Estatuto prevê, entre outros objetivos, a organização de campeonatos internacionais e a regulamentação e fiscalização do desporto bem como das associações nacionais. É competência do Comitê Executivo da FIFA elaborar normas acerca das relações envolvendo jogadores, principalmente no que diz respeito às suas transferências.

No que diz respeito às regras do jogo propriamente dita, a FIFA possui um órgão especial ao qual compete, única e exclusivamente, a sua alteração e elaboração, a *International Football Association Board* (IFAB), que é composta por quatro membros indicados pela FIFA e outros quatro indicados pelas Associações Britânicas (formada pelas Federações da Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte).

Acerca das regras do jogo:

Cada esporte tem suas regras técnicas próprias e regras do jogo. Estas são normalmente estabelecidas por federações desportivas internacionais. Este é o núcleo constitutivo do desporto. Elas são por definição inalteráveis no decorrer do jogo.<sup>33</sup>

Os idiomas oficiais da entidade são o Inglês, Espanhol, Francês e Alemão, sendo que, em caso de divergência na interpretação, o idioma Inglês será o imperativo.

Será reconhecida pela FIFA apenas uma entidade nacional de administração do desporto por país, sendo “país” entendido como Estado independente reconhecido pela comunidade internacional. Acerca do número de Associações filiadas “para se avaliar, no campo internacional a amplitude do desporto, basta lembrar que a FIFA congrega atualmente 206 países filiados, o que vai muito além do que o conjunto de países membros da ONU<sup>34</sup>”.

O Estatuto prevê que, para que as entidades nacionais tenham seus respectivos estatutos reconhecidos pela Federação Internacional, é necessário que, além de estarem de

---

<sup>33</sup> FOSTER, Ken. **Is There a International Sports Law?** p. 4. Disponível em <http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/law/elj/eslj/issues/volume2/number1/foster.pdf>. Acesso 31/10/2012

<sup>34</sup> DA SILVA, Eduardo Augusto Viana. **O Poder, a Sociedade e o Estado o Poder no Desporto**. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2006 p. 455

acordo com todas suas normas e decisões e preverem a utilização das “regras do jogo” expedidas pela IFAB, seja reconhecida a Corte Arbitral do Esporte (CAS/TAS).

As penalidades aplicáveis às entidades nacionais que atuem de forma contrária as normas e decisões da Federação Internacional podem ser a de suspensão, que causa a perda provisória de seus direitos estatutários, ou a de expulsão, que é perda definitiva nos casos de não cumprimento das obrigações financeiras para com a FIFA, uma violação grave as suas normas ou decisões, ou a perda da representatividade da entidade nacional em seu respectivo país.

É importante ressaltar que o próprio Estatuto prevê que as Associações nacionais devem ser totalmente independentes e possuir métodos próprios para a escolha de seus representantes sendo que, em caso contrário, não serão reconhecidas pela Federação Internacional.

A FIFA reconhece também Confederações Continentais, sobre este e outros aspectos da entidade:

A FIFA possui um movimento muito grande por sua importância no Brasil, servindo então, como um ótimo exemplo de Federação Internacional, mas sua estrutura é a mesma das outras FIs. Seu Congresso se reúne anualmente, visando discutir o estatuto e sua aplicação. Decide também sobre a inclusão de novas Associações Nacionais. Seu Comitê Executivo é composto pelo seu Presidente (Joseph S. Blatter), seu Vice- Presidente Senior, 6 Vice-Presidente e 16 Membros. A FIFA possui 207 Associações Nacionais reconhecidas e 6 Confederações Continentais. Na maioria das FIs, porém, existem somente 5 Confederações Continentais<sup>35</sup>

Portanto, saindo um pouco do padrão internacional, a entidade reconhece uma Confederação para a América do Sul (a CONMEBOL, da qual a CBF faz parte) e outra para a América do Norte, Central e para o Caribe (CONCACAF), e ainda as Confederações Asiática, Africana, Europeia, e da Oceania.

Os membros judicantes da FIFA são o Comitê Disciplinar, o Comitê de Ética e o Comitê de Apelação.

O Comitê Disciplinar é regido pelo Código Disciplinar da FIFA, e é competente para julgar e a aplicar sanções nos casos de infração realizadas por clubes, jogadores,

---

<sup>35</sup> NUZMAN, Carlos Arthur. Organização do Direito Desportivo Internacional. In MACHADO, Rubens Approbato et alli (coordenação) – **Curso de Direito Desportivo Sistemico**. São Paulo: Quartier Latin, 2007. p 59.

administradores, técnicos, equipe técnica e demais pessoas exercendo atividades envolvidas ao futebol que estejam representando uma entidade de prática ou administração do desporto.

O Comitê de Ética é regido pelo Código de Ética da FIFA e é dividido em duas câmaras, a de investigação e a judicante. A função da câmara de investigação é a de preparar um relatório à ser enviado para a câmara judicante. A competência do comitê é aplicar sanções a infrações cometidas por jogadores e demais membros oficiais dos quais a atividade relacionada ao futebol se faça em representação à entidade de prática ou administração do desporto.

O Comitê de Apelação é regido tanto pelo Código Disciplinar da FIFA quanto pelo Código de Ética da FIFA. Tem competência recursal, ou seja, é responsável por receber apelações interpostas contra decisões dos outros dois Comitês (Disciplinar e de Ética). A princípio, as decisões proferidas por este Comitê são irrevogáveis e obrigatórias para as partes envolvidas cabendo, entretanto, recurso ao Corte Arbitral do Esporte (TAS/CAS).

Acerca da competência do TAS/CAS, fica bem claro no Estatuto da FIFA que somente a Divisão Recursal da Corte será aplicada tendo em vista que por força do artigo 67 do diploma fundamental da Federação Internacional só será permitido recurso à Corte após esgotados todos os canais internos.

Sobre esta norma

Uma peculiaridade do procedimento arbitral adotado pela FIFA em relação aos demais procedimentos arbitrais ordinários é o fato de a FIFA ter reservado o direito de julgar todas as disputas em primeira instância e somente se utilizar do TAS nos casos de apelação contra decisões finais emitidas pelos órgãos acima mencionados. Na prática, o TAS funciona como órgão recursal máximo, somente utilizado após ter-se esgotado todas as formas de apelação dentro dos órgãos internos da FIFA<sup>36</sup>

Ainda, a FIFA veda aos seus filiados o recurso ao CAS contra decisões acerca de violações as regras do jogo, suspensões de até quatro partidas ou três meses (permitindo como exceção decisões provenientes de infrações com relação a doping), e de decisões de disputas das quais recursos possam ser interpostos a um tribunal de arbitragem reconhecido e de acordo com as regras das Associações ou Confederações nacionais.

---

<sup>36</sup>. MUSSNICH, Francisco Antunes Maciel. A Arbitragem no Direito Desportivo: A Câmara de Resolução de Disputas da FIFA e o Tribunal Arbitral do Esporte. In MACHADO, Rubens Approbato et alli (coordenação) – **Curso de Direito Desportivo Sistemico**. São Paulo: Quartier Latin, 2007. p 511.

Via de regra os recursos não terão efeito suspensivo sendo este a exceção, cabendo a decisão aos competentes órgãos judicantes da FIFA ou ao CAS, atribuir efeito suspensivo à demanda.

Os casos de doping tem uma característica especial em seu julgamento pois tanto a FIFA quanto a Agência Internacional Anti-Doping (*World Anti-Doping Agency* – WADA) são titulares do direito de recorrerem às decisões finais proferidas pelos órgãos judicantes internos de cada país, no caso do Brasil o Superior Tribunal de Justiça Desportiva. Para isso, o Estatuto FIFA prevê que as decisões finais sejam enviadas à FIFA e à WADA, de forma que permita eventual recurso ao CAS em caso de a pena aplicada, ou não aplicada, ser considerada injusta ao caso concreto.

A WADA, pessoa jurídica de direito privado e reconhecida pela FIFA, constituída na forma de fundação conforme o Código Civil Suíço e com sede em Lausanne, com estatuto próprio, é a responsável, a nível internacional, da promoção e coordenação de medidas de combate ao doping no esporte<sup>37</sup>.

No tocante à justiça comum, a FIFA é expressa ao afirmar em seu estatuto que, seus filiados não podem, em geral, recorrer à justiça comum:

Recursos à justiça comum são proibidos, exceto se previstos no regulamento FIFA. Neste particular, as questões passíveis de submissão à jurisdição ordinária se resumem àquelas oriundas das relações de trabalho. Para o fim de assegurar a proibição mencionada, deverão às Associações inserir em seus estatutos uma cláusula vedando aos clubes e membros buscar a justiça estatal e, conseqüentemente, obrigando-as a submeter qualquer desavença à jurisdição da Associação, da correspondente Confederação ou da FIFA.<sup>38</sup>

### 3.1 Normatização do Desporto Internacional

A FIFA, semelhante à CBF no âmbito nacional, regula e faz cumprir os regulamentos através de Códigos, atos que administram o desporto e as situações dele decorrentes, e decisões de seus órgãos competentes.

---

<sup>37</sup> **CONSTITUTIVE INSTRUMENT OF FOUNDATION of the AGENCE MONDIALE ANTIDOPAGE WORLD ANTI-DOPING AGENCY.** Disponível em [http://www.wada-ama.org/Documents/About\\_WADA/Statutes/WADA\\_Statutes\\_2009\\_EN.pdf](http://www.wada-ama.org/Documents/About_WADA/Statutes/WADA_Statutes_2009_EN.pdf) Acesso em 11/11/2012

<sup>38</sup> MARTINS, Pedro A. Batista. Validade da Vinculação e Submissão Objetiva e Subjetiva à Court of Arbitration for Sports. In MACHADO, Rubens Approbato et alli (coordenação) – **Curso de Direito Desportivo Sistêmico**. São Paulo: Quartier Latin, 2007. p 527

### 3.1.1 Código Disciplinar da FIFA

Previsto em seu Estatuto, o Código Disciplinar tipifica as infrações às regras da entidade e suas respectivas sanções, organizando também o funcionamento e procedimento do órgão responsável pelo julgamento dos infratores.

São considerados como destinatários das previsões normativas expedidas no Código Disciplinar as entidades de administração do desporto nos respectivos países, os membros a destas associações filiadas (em especial os clubes), os jogadores, os agentes licenciados e os espectadores. Considera-se aplicável o Código Disciplinar nas infrações que venham a ocorrer após a sua entrada em vigor, ou antes, se for mais favorável ao infrator.

O Código Disciplinar considera que, a menos que exista especificação em contrário, aplica-se a punição para ambos os casos de infração causada intencionalmente ou por negligência do infrator. Considera também como passível de pena as tentativas de infração, sendo que nesses casos a pena aplicada será reduzida conforme previsão específica. Ainda, é prevista a possibilidade de aplicação de pena à todos os envolvidos na infração, mesmo que apenas como cúmplices ou instigadores.

As penas aplicáveis têm o carácter de restritiva de direitos dentro da entidade e podem ir de uma simples notificação, multa ou suspensão até a perda provisória do direito de exercer qualquer atividade relacionada ao futebol, o rebaixamento à divisões inferiores dos campeonatos que participa ou impossibilidade de realizar transferências de atletas.

O Código prevê um tempo prescricional da aplicação das penas sendo que, via de regra, as infrações cometidas em campo durante um jogo não podem ser penalizadas após decorridos dois anos do fato ocorrido, e outras infrações em geral tem prazo prescricional de dez anos. Infrações relacionadas ao doping têm prazo prescricional especial de oito anos e infrações relacionadas à corrupção não prescrevem.

A FIFA se reserva ao direito de, no caso de campeonatos ou situações que decorram de atividades não organizadas diretamente pela Federação Internacional, averiguar e punir infrações de acordo com os seus respectivos códigos e previsões para o caso de a Associação (ou associações) responsável pelo evento não tomar medidas que a FIFA considere como cabíveis ao caso.



### 3.1.2 Regulamento de Status e Transferência de Jogadores da FIFA

O Regulamento de Status e Transferência de Jogadores da FIFA regula a condição de jogo dos jogadores (a possibilidade de participarem de jogos oficiais) e as transferências envolvendo clubes de diferentes Associações, ou seja, países diferentes.

O conceito de transferência de jogadores pode, nas palavras de Rinaldo José Martorelli, ser entendido de duas formas, sendo eles

o deslocamento do profissional, a simples troca, quando atuando na vigência de um contrato, de um clube a outro. Também podemos classificar por transferência de atletas a permissão ou liberação que um clube dá a um jogador, para que ele possa se inscrever em um novo clube, porque há interesses das partes<sup>39</sup>

O regulamento internacional prevê que as transferências nacionais, dentro da mesma Associação (no caso brasileiro a CBF) serão regulados internamente pela entidade de administração local, de acordo com a legislação pátria devendo, entretanto, ser aprovado pela FIFA e conter alguns itens obrigatórios como as regras para resolução de litígios acerca de disputas envolvendo clubes e jogadores e um mecanismo de solidariedade para recompensar os clubes por investir, treinar e educar jovens jogadores.

Analisando as normas contidas no Regulamento em questão e a mais recente alteração da Lei de Normas Gerais sobre o Desporto (9.615/98), que se deu pela Lei 12.395/2011, é possível perceber que a legislação pátria incorporou uma série de dispositivos internacionais. Desta forma verificou Álvaro Melo Filho

Vê-se, assim, numa leitura plural, e, tendo em mente tão cediças e incontornáveis colocações em derredor da autonomia desportiva, que há uma inarredável articulação da nova *lex sportiva* com o ordenamento desportivo internacional por força da inevitável globalização da atividade desportiva<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> MARTORELLI, Rinaldo José. Transferência de Atletas – Conflitos – Regulamento de Agentes In MACHADO, Rubens Approbato et alli (coordenação) – **Curso de Direito Desportivo Sistemico**. São Paulo: Quartier Latin, 2007. p 304.

<sup>40</sup> MELO FILHO, Álvaro. **Nova lei Pelé: avanços e impactos**. Rio de Janeiro: Maquinária. 2011 p. 28.

O artigo 28 em que “a atividade do atleta profissional é caracterizada por remuneração pactuada em contrato especial de trabalho desportivo, firmado com entidade de prática desportiva” em muito se assemelha à previsão do artigo 2 do Regulamento de Status e Transferência de Jogadores em que “jogador profissional é aquele que tenha contrato escrito com um clube e receba por sua atividade futebolística valor maior do que as despesas que ele dê ao clube”<sup>41</sup>.

Ainda, em seu inciso I, alínea b, o presente artigo de lei nacional passou a prever que, na hipótese de um atleta retornar as atividades antes de passados 30 (trinta) meses após o encerramento de sua carreira, deverá ser paga a cláusula indenizatória desportiva, devida exclusivamente à entidade de prática desportiva à qual está vinculado o atleta. Essa disposição teve influência do Regulamento internacional analisado, uma vez que em seu artigo 4 prevê que “profissionais que terminem sua carreira durante a vigência de seu contrato e amadores que encerrem suas atividades devem permanecer registrados à associação de seu último clube pelo período de 30 meses”<sup>42</sup>.

O artigo 18 do Regulamento prevê que os contratos entre o clubes e os atletas deverão ter duração máxima de 5 anos e sendo a mínima o tempo da efetivação do contrato até o fim da temporada em andamento. Autoriza porém, que os contratos tenham mais ou menos tempo de acordo com a legislação local.

O artigo entretanto, ao tratar de especificações acerca dos contratos entre atletas e clubes apresenta um dispositivo que entra, em certos casos, em conflito com a legislação brasileira. Enquanto o artigo 29 da Lei 9.615/98 concede à entidade de prática desportiva formadora do atleta o direito de assinar com ele, a partir dos 16 anos de idade, o primeiro contrato especial de trabalho desportivo, autorizando o prazo máximo de 5 anos, o

---

<sup>41</sup> Art. 2.2 *A professional is a player who has a written contract with a club and is paid more for his footballing activity than the expenses he effectively incurs.* **Regulations for the Status and Transfer of Players.** Disponível em [http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/01/27/64/30/regulationsstatusandtransfer2010\\_e.pdf](http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/01/27/64/30/regulationsstatusandtransfer2010_e.pdf) Acesso em 11/11/2012

<sup>42</sup> Art. 4.1 *professionals who end their careers upon expiry of their contracts and amateurs who terminate their activity shall remain registered at the association of their last club for a period of 30 months.* **Regulations for the Status and Transfer os Players.** Disponível em [www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/01/27/64/30/regulationsstatusandtransfer2010e.pdf](http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/01/27/64/30/regulationsstatusandtransfer2010e.pdf) Acesso em 11/11/2012

Regulamento internacional limita a duração, permitindo o máximo de 3 anos em contratos em que o atleta seja menor de 18 anos.

Sem esquecer que a norma internacional é aplicável apenas em casos de transferência de atletas envolvendo entidades de prática desportiva filiadas à Associações diferentes, ou seja, transações internacionais, esse desencontro normativo causa uma série de problemas ao futebol brasileiro.

Embora o Regulamento, em seu artigo 19, via de regra, não autorize a transferência de menores de 18 anos para país diverso de sua nacionalidade, algumas exceções são permitidas. As exceções são para os casos em que os pais do atleta menor se mudem com ele para o novo país, sendo entretanto, a razão da mudança não relacionada à prática de futebol; a transferência ocorrer dentro da União Européia ou da European Economic Area, sendo o clube contratante neste caso obrigado à atender alguns requisitos; ou no caso de o clube contratante ter sua sede a no máximo 100km de distância do domicílio do atleta, devendo ambos os locais terem distância máxima de 50 km entre a fronteira dos países de 50km.

Logo, grandes clubes com poder econômico elevado e de alcance internacional conseguem facilmente se enquadrar em uma das exceções, vindo a ser autorizado a contratar atleta menor de 18 anos.

Como consequência, a norma aqui exposta leva os clubes e os jogadores a se defrontarem com situações delicadas uma vez que

nos casos em que existam contratos excedendo 3 anos, a FIFA somente reconhece os primeiros 3 anos de seu contrato, e no que expirar estes 3 anos, o atleta estará livre para deixar o clube, a menos que ele tenha explicitamente ou defacto aceitado uma extensão do contrato, deixando assim o seu *clube formador* com a perda<sup>43</sup>

Por esta razão a Confederação Brasileira passou a preterir o registro de contratos de trabalho especial desportivo superiores ao prazo de três anos previsto pela FIFA no caso de o atleta ser menor de 18 anos.

A Lei Pelé admite a contratação e profissionalização do atleta menor a partir de 16 anos, mas impõe como exigência um contrato com prazo não superior a cinco anos (art. 29) e preferência de renovação do mesmo com o *clube*

---

<sup>43</sup> COLLUCI, Michele. MAJANI, Felix. **The FIFA Regulations on the Labour Status and Transfer of Players**. Disponível em <http://isjd.pdii.lipi.go.id/admin/jurnal/5408681710.pdf> Acesso em 11/11/2012

*formador* por até dois anos. Entretanto, nesse particular há um conflito de normas, pois o regulamento da Fifa limita em três anos o prazo contratual. Logo, as entidades de administração do desporto (no caso brasileiro, a Confederação Brasileira de Futebol – CBF) apenas realizam o registro de contrato de menor pelo prazo máximo de três anos.<sup>44</sup>

Em uma tentativa de contornar a situação complicada que o conflito normativo entre a legislação pátria e a norma internacional causou, os clubes brasileiros passaram a adotar uma técnica jurídica de incentivar os pais dos atletas à emancipar, de acordo com o artigo 5º, parágrafo único, inciso I do Código Civil Brasileiro<sup>45</sup>, seus filhos, de forma que cessada estaria a menoridade antes do chegarem aos 18 anos. Essa técnica entretanto foi ineficaz às transferências internacionais uma vez que

à FIFA não interessa a maioridade jurídica do atleta concedida pela via de emancipação civil. Ou seja, para a FIFA, o contrato firmado com prazo superior a 3 anos pelos menores de 18 anos, de per se não é inválido, contudo, esta validade é limitada ou restrita aos 3 primeiros anos. Em suma, para a FIFA a ‘menoridade futebolística’ só termina aos 18 anos de idade, estando este critério desatrelado do instituto da emancipação e desvinculado da respectiva legislação nacional<sup>46</sup>

O artigo 18 prevê ainda, com o objetivo de evitar a interferência de outras entidades de prática desportiva na carreira dos atletas enquanto ainda registrados aos seus respectivos clubes, a impossibilidade de negociações entre clube e atleta já registrado sem antes a anuência da entidade detentora de seu vínculo desportivo. Existe entretanto, a possibilidade de, na eminência do fim do contrato, faltando 6 meses ou menos para o seu fim, que o atleta

---

<sup>44</sup> MIGUEL, Ricardo Georges Affonso. **A possibilidade de contratação do atleta menor de futebol e a utilização do instituto da antecipação de tutela para transferência do atleta de futebol.** Disponível em

[http://portal2.trttrio.gov.br:7777/pls/portal/docs/PAGE/GRPPORTALTRT/PAGINAPRINCIPAL/JURISP\\_RUDENCIA\\_NOVA/REVISTAS%20TRT-RJ/047/REVISTA%20TRIB20TRIBUNAL%20REGIONAL%20DO%20TRABALHO%20DA%201%C2%AA%20REGI%C3%83O%20N%2047/A%20POSSIBILIDADE%20DE%20CONTRATA%C3%87%C3%83O%20DO%20ATLETA%20MENOR.PDF](http://portal2.trttrio.gov.br:7777/pls/portal/docs/PAGE/GRPPORTALTRT/PAGINAPRINCIPAL/JURISP_RUDENCIA_NOVA/REVISTAS%20TRT-RJ/047/REVISTA%20TRIB20TRIBUNAL%20REGIONAL%20DO%20TRABALHO%20DA%201%C2%AA%20REGI%C3%83O%20N%2047/A%20POSSIBILIDADE%20DE%20CONTRATA%C3%87%C3%83O%20DO%20ATLETA%20MENOR.PDF)

Acesso em 11/11/2012

<sup>45</sup> Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezoito anos completos;

<sup>46</sup> MELO FILHO, Álvaro. **Nova lei Pelé: avanços e impactos.** Rio de Janeiro: Maquinária. 2011 p. 159

assine um contrato com o seu próximo clube. Esta prática do “pré-contrato” é comum no futebol brasileiro.

O artigo 18bis<sup>47</sup> do Regulamento também foi, de certa forma, incorporado à legislação pátria na forma do artigo 27-B da Lei 9.615/98, dispositivo acrescido na última alteração legislativa, que prevê a nulidade dos contratos entre entidades de práticas desportiva ou atletas com terceiros (third parties) “que possam intervir ou influenciar nas transferências de atletas ou, ainda, que interfiram no desempenho do atleta ou da entidade de prática desportiva, exceto quando objeto de acordo ou convenção coletiva de trabalho.”

A respeito disso Álvaro Melo Filho explica que:

tais direitos econômicos estão albergados pelo art. 27-B na medida em que podem resultar em interferência de terceiros estranhos a clubes nas transferências dos atletas, por exemplo, ao fixar o clube de destino do atleta ou acertar valores, hipótese vedada no art. 18bis do Regulamento do Estatuto e Transferência de Jogadores da FIFA<sup>48</sup>.

Nesse caso, fica claro que os direitos econômicos não podem em hipótese alguma se confundir com os direitos federativos, sendo institutos diferentes e de titulares também diferentes. Enquanto os direitos econômicos podem ser comercializados e são oriundos da cláusula indenizatória desportiva, sendo paga ao clube contratante em caso de rescisão antecipada por parte do jogador respondendo solidariamente o novo clube ao qual o jogador se registrar, os direitos federativos são privativos e exclusivos de entidade de prática desportiva, podendo ser cedidos temporariamente à outra, mas nunca divididos, ou seja, durante o mesmo período apenas uma entidade de prática desportiva pode ter os direitos federativos do atleta que, em outras palavras, é a condição de jogo para que o atleta exerça sua profissão representando determinado clube.

Ainda acerca do art. 27-B que

---

<sup>47</sup> Art. 18Bis.1 *No club shall enter into a contract which enables any other party to that contract or any third party to acquire the ability to influence in employment and transfer-related matters its independence, its policies or the performance of its teams. Regulations on the Status and Transfer of Players.* Disponível em [http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/01/06/30/78/statusinhalt\\_en\\_122007.pdf](http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/01/06/30/78/statusinhalt_en_122007.pdf). Acesso em 12/11/2012

<sup>48</sup> MELO FILHO, Álvaro. **Nova lei Pelé: avanços e impactos**. Rio de Janeiro: Maquinária. 2011 p. 104

tem a indisfarçada intenção de inibir e restringir que contratos e ajustes privados entre entidades de prática desportiva e terceiros, ou, entre estes e atletas profissionais venham a influir, negativamente, nas relações trabalhistas desportivas, compelindo transferências de atletas que terminam por comprometer e afetar danosamente o desempenho competitivo, tanto do atleta, quanto do clube, não raro, em meio às temporadas<sup>49</sup>.

Os artigos 20 e 21 do Regulamento versam acerca de mecanismos de indenização por gastos decorrentes da formação de jovens atletas. O primeiro deles é a Compensação por Formação (Training Compensation) que é devida ao *clube formador* na hipótese da assinatura de seu primeiro contrato como profissional se der com clube diverso e em cada transferência internacional que o jogador realizar até completar 23 anos ou até ser considerado um atleta já formado, o que ocorrer primeiro.

Essa Compensação é devida aos clubes que participaram da formação do atleta sendo a transferência onerosa ou não. Conforme decisão do Comitê de Resolução de Disputas da FIFA (CRD) pode se observar que mesmo que a transferência aconteça sem o pagamento de multas (*free transfer*) o clube a assinar o novo contrato profissional deverá pagar a compensação. Assim decidiram os membros do Comitê na disputa 9112744<sup>50</sup>.

The members hence considered that the “*free transfer*” could not be interpreted as a waiver encompassing training compensation and which could be afterwards usable by the player’s future club.

O artigo 21 por sua vez versa acerca do mecanismo de solidariedade internacional. Está previsto que sempre que houver uma transferência de jogador, internacional e onerosa, ou seja, o atleta se transferir antes do término do contrato e ao clube for devido a indenização desportiva, todos os clubes que contribuíram para sua educação e treinamento (formação) receberão uma proporção pré-determinada do valor pago.

A jurisprudência do CRD da FIFA, bem como do TAS/CAS já pacificou que, assim como as demais previsões normativas expedidas pela FIFA, este mecanismo em questão só se

---

<sup>49</sup> MELO FILHO, Álvaro. **Nova lei Pelé: avanços e impactos**. Rio de Janeiro: Maquinária. 2011 p. 104/105

<sup>50</sup> Disponível em <http://pt.fifa.com/mm/document/affederation/administration/01/63/65/24/9112744.pdf> . Acesso em 07/10/2012

aplica à transferências internacionais. Assim foi decidido na disputa [2121218](#)<sup>51</sup> envolvendo o Mecanismo de Solidariedade.

9. For the sake of good order, the Chamber pointed out that the above interpretation of the FIFA Regulations has also been confirmed by the CAS in *CAS 2007/X/XXXX FC D v/FC I & FIFA* where the Panel confirmed that “a FIFA rule intended to apply, according to its clear wording, only to “international transfer” is not made applicable to “internal transfers” merely because national associations are bound to observe the FIFA rules or because FIFA has a regulatory and supervisory function over national association”. Equally, the Panel considered that “the clear wording of the FIFA Regulations leaves no room for a different solution”.

10. Hence, in accordance with the clear wording of art. 1 par. 1 and par. 2 of the FIFA Regulations as well as in accordance with the well-established jurisprudence of the DRC, which was confirmed by the CAS, the Chamber concurred that the solidarity mechanism system contained in the FIFA Regulations only applies to international transfers of players and not to national transfers of players. Consequently, the Chamber decided to reject the Claimant’s claim for solidarity contribution based on the FIFA Regulations.

O Tribunal de Justiça do Paraná, em recurso interposto por Escola de Futsal e Futebol Craque LTDA contra o Coritiba Foot Ball Clube, que apelava no sentido de que, como entidade formadora do atleta João Miranda de Souza, e tendo em vista o artigo 21 do Regulamento, teria direito a uma determinada porcentagem de negociações envolvendo o jogador, decidiu que, além do direito ser exclusivo à transferências internacionais, as entidades para gozar desse direito devem ser filiadas da FIFA.

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 812173-5, DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 7ª VARA CÍVEL APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – PRETENSÃO DE ESCOLA DE FUTEBOL, SUPOSTAMENTE NA QUALIDADE DE CLUBE FORMADOR, EM COBRAR DO CORITIBA FOOT BALL CLUB E SÃO PAULO FUTEBOL CLUBE A CHAMADA CONTRIBUIÇÃO DE SOLIDARIEDADE – ENCARGO CONTRATUAL INDENIZATÓRIO APLICÁVEL SOMENTE A ENTIDADES RECONHECIDAS PELA CBF E FIFA – EXEGESE DOS ESTATUTOS DA REFERIDA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL – SENTENÇA ATACADA QUE SEGUE O ENTENDIMENTO DA ATUAL REDAÇÃO DO ART. 29 DA LEI Nº 9.615/1998, ALTERADA PELA LEI Nº 12.395/2011 – CONTRATO DE PARCERIA ENTABULADO COM O CORITIBA FOOT BALL CLUB JÁ**

---

51

Disponível em <http://pt.fifa.com/mm/document/affederation/administration/01/66/34/07/2121218.pdf> . Acesso em 07/10/2012

## EXTINTO QUANDO DA ÉPOCA DOS FATOS – DECISÃO MANTIDA.

Ocorre que, como já observado anteriormente, a legislação pátria incorporou este instituto do Direito Desportivo Internacional e criou o mecanismo de solidariedade interno com o artigo 29-A<sup>52</sup> da Lei 9.615/98.

Acerca do instituto

Nesse diapasão, o art. 29-A configura norma de proteção dos entes de prática desportiva que contribuem para a formação de atletas, com idade entre 14 e 19 anos, inclusive, instituindo no plano nacional e interno, o mecanismo de solidariedade de modo a conferir uma compensação pecuniária justa e proporcional aos entes formadores. Busca-se, com isso, tolher e inibir a ação predatória dos clubes mais abastados sobre os mais pobres que tendem a fechar suas escolhinhas, à falta de ressarcimento de seus custos de formação com muitos atletas; porém, apenas uma parcela reduzida deles desperta interesse no mercado desportivo. Registre-se que a distribuição solidária de recursos entre os clubes formadores é não apenas uma necessidade vital para aqueles de menor porte que dependem de compensações financeiras para manter-se, como também é relevante para os grandes clubes que precisam de novos talentos para atrair torcedores, patrocinadores e mídia. Nessa linha, o mecanismo de solidariedade foi modelado juridicamente à semelhança do já adotado no plano internacional, além de seguir a diretriz do art. 1, nº 2 do RETJ da FIFA.<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> Art. 29-A. Sempre que ocorrer transferência nacional, definitiva ou temporária, de atleta profissional, até 5% (cinco por cento) do valor pago pela nova entidade de prática desportiva serão obrigatoriamente distribuídos entre as entidades de práticas desportivas que contribuíram para a formação do atleta, na proporção de: (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011).

I - 1% (um por cento) para cada ano de formação do atleta, dos 14 (quatorze) aos 17 (dezesete) anos de idade, inclusive; e (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011).

II - 0,5% (meio por cento) para cada ano de formação, dos 18 (dezoito) aos 19 (dezenove) anos de idade, inclusive. (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011).

§ 1º Caberá à entidade de prática desportiva cessionária do atleta reter do valor a ser pago à entidade de prática desportiva cedente 5% (cinco por cento) do valor acordado para a transferência, distribuindo-os às entidades de prática desportiva que contribuíram para a formação do atleta. (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011).

§ 2º Como exceção à regra estabelecida no § 1º deste artigo, caso o atleta se desvincule da entidade de prática desportiva de forma unilateral, mediante pagamento da cláusula indenizatória desportiva prevista no inciso I do art. 28 desta Lei, caberá à entidade de prática desportiva que recebeu a cláusula indenizatória desportiva distribuir 5% (cinco por cento) de tal montante às entidades de prática desportiva responsáveis pela formação do atleta. (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011).

§ 3º O percentual devido às entidades de prática desportiva formadoras do atleta deverá ser calculado sempre de acordo com certidão a ser fornecida pela entidade nacional de administração do desporto, e os valores distribuídos proporcionalmente em até 30 (trinta) dias da efetiva transferência, cabendo-lhe exigir o cumprimento do que dispõe este parágrafo. (Incluído pela Lei nº 12.395, de 2011).

<sup>53</sup> MELO FILHO, Álvaro. **Nova lei Pelé: avanços e impactos**. Rio de Janeiro: Maquinária. 2011 p. 176



A FIFA reconhece como competência de seus órgãos judicantes questões envolvendo disputas acerca da estabilidade contratual, relações trabalhistas, compensação por treinamento e mecanismo de solidariedade, todas elas quando do plano internacional.

Assim como nos demais documentos, no caso de haver interpretações diversas na tradução do Regulamento, o idioma inglês será sempre imperativo.

### 3.1.3 Regulamento de Agentes de Jogadores

Agente de jogadores é aquele que, na descrição do próprio Regulamento, por uma taxa, apresenta jogadores aos clubes com o objetivo de negociar ou renegociar um contrato de trabalho, ou negocia com os clubes transferências de jogadores.

Felipe Legrazie Ezabella apresenta outras características peculiares no trabalho de agenciamento de jogadores sendo elas

O agente, além da função de negociar com os clubes e atletas (que é exclusividade do Agente FIFA), os assessora em diversos outros assuntos e contratos, negociando com diversas outras empresas, entidades e pessoas. Como exemplos, podemos citar a negociação e prospecção de contratos de licença de uso de imagem, de patrocínio e publicidade, de material esportivo(...) <sup>54</sup>

A aplicação do Regulamento internacional é limitada ao âmbito das atividades previstas para os agentes no próprio documento, ou seja, as demais atividades que vierem a ser contratadas serão reguladas pela legislação pátria.

É importante destacar que a competência para realizar a avaliação, concessão de licença e fiscalização dos agentes de jogadores é da entidade nacional de administração do desporto, no caso do Brasil, a CBF. Portanto, pode-se dizer que a expressão usualmente utilizada de “Agente FIFA” deixou de existir, tendo em vista o fato de o agente se reportar diretamente à entidade nacional.

O Regulamento de Agentes prevê que as associações nacionais devem expedir regulamentos próprios acerca do assunto sempre em acordo com o internacional. Prevê

---

<sup>54</sup> EZABELLA, Felipe Legrazie. **Agente FIFA e o Direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Quartier Latin, 2010 p. 40

entretanto, a possibilidade de alteração das normas caso elas venham a não ser compatíveis com a legislação local. A normatização nacional deve ser enviada à FIFA para aprovação<sup>55</sup>.

A FIFA prevê a limitação de que a atividade de agente só poderá ser exercida por pessoa física que tenha a licença expedida pela entidade nacional. Existem algumas exceções à regra que autorizam que os pais, irmãos e cônjuges atuem como agentes sem necessitarem da licença expedida. Outra exceção é para o caso de advogados regularmente inscrito no país onde atua. Nesses casos excepcionais a atividade não estará sob a jurisdição da FIFA.

É necessária, para o Agente ter o direito de representar um jogador, a existência de um instrumento particular de contrato e, em sendo o atleta menor de idade, a presença do responsável legal e demais requisitos próprios do domicílio do menor.

O contrato deve conter expressamente a forma e o responsável por realizar o pagamento, e as leis locais devem ser igualmente atendidas. Via de regra, o pagamento deve ser realizado exclusivamente pelo atleta sendo autorizado que o jogador autorize expressamente o clube contratante a repassar diretamente ao agente os valores à que tem direito pela negociação bem sucedida.

O Regulamento apresenta um modelo padrão de contrato, que serve apenas como sugestão tendo em vista que a sua forma é livre, devendo porém atender alguns requisitos e constar nome das partes, duração e remuneração, termos do pagamento e data da assinatura das partes.

O valor a ser pago ao Agente terá como base o salário anual do jogador sendo que, no caso de não ser previamente pactuado uma porcentagem, está previsto a quantia de 3%. Para garantir o direito à remuneração é imperativo que o nome e assinatura do Agente constem nos contratos em que houve sua participação.

O Agente, no exercício de suas funções, se compromete a obedecer todos os estatutos, regulamentos, decisões e diretrizes dos órgãos competentes da FIFA, das confederações e associações a ela filiada além da legislação local dos países em que as transações ocorrerem.

---

<sup>55</sup> Article 1 Scope. 5. The associations are required to implement and enforce these regulations in accordance with the duties assigned herein. In addition, they shall draw up their own regulations which shall incorporate the principles established in these regulations and may only deviate from these regulations where the provisions of the latter do not comply with the laws applicable in the territory of the association. The association shall submit its regulations and any relevant amendments to the FIFA Players' Status Committee for prior approval within two years of the present regulations coming into force. **Regulations** **Player's** **Agents.** Disponível em [http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/51/55/18/players\\_agents\\_regulations\\_2008.pdf](http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/51/55/18/players_agents_regulations_2008.pdf) . Acesso em 12/11/2012.

O Regulamento veda ao Agente a possibilidade de participar como “terceira parte” nas negociações envolvendo atletas. Isso significa dizer que é expressamente proibido o pagamento de valores referentes a compensação por treinamento, mecanismo de solidariedade ou ainda de possuir direito a valores pagos por transferência ou por futura negociação.

Aos membros judicantes da FIFA fica atribuída a competência arbitral para os casos envolvendo disputas internacionais sendo que, no caso de disputas envolvendo atletas ou clubes e agentes dentro de um mesmo país quem deverá apreciar o litígio será uma corte arbitral independente que levará em consideração para o julgamento a lei local e as normas da FIFA. No caso do Brasil o Comitê de Resolução de Litígios da CBF vem apreciando e decidindo acerca de conflitos entre agentes e seus representados, como se pode verificar na decisão que condenou o atleta Rodrigo Souto a pagar a remuneração devida ao Agente por sua participação nas negociações com o Santos Futebol Clube.

2. PROCESSO Nº 012/2010: Representação – Requerente: Anselmo de Barros Paiva (agente) – Requerido: Rodrigo Ribeiro Souto (atleta) – Relator – Dr. Célio Salim Thomaz. Resultado: “Por unanimidade de votos, rejeitada a preliminar de suspensão do feito até decisão final de ação de cobrança proposta perante a justiça comum; concedendo-se a prescrição bienal para afastar o direito do agente a percepção de qualquer remuneração calcada no primeiro contrato celebrado pelo atleta com o Santos Futebol Clube. Condenar o atleta ora Réu ao pagamento ao requerente do valor equivalente a 10% (dez por cento) do total dos salários recebidos pelo atleta do Santos F.C. no período de 02.01.2008 até a data de sua transferência para o São Paulo Futebol Clube ocorrida no ano de 2010, quantia esta a ser acrescida dos juros legais de mora de 1% (um por cento) ao mês aplicado a partir da data da citação deste procedimento, cujo quantum deverá ser apurado em liquidação de sentença.

## 4. Direito Desportivo Internacional

### 4.1 *Lex Sportiva*

O esporte de alto rendimento tem o inegável caráter de integração de pessoas e comunidades do mundo inteiro. Com essa integração, e intenções muitas vezes opostas umas das outras, nascem os litígios internacionais e, com a transformação do esporte em mercado e os valores cada vez mais altos que essa integração passou a movimentar, as relações internacionais passaram a ser cada vez mais frequentes e os litígios passaram a ser econômicos.

As Federações Internacionais criaram mecanismos e verdadeiras legislações para regular e controlar os negócios desportivos e foi necessária a criação de um tribunal internacional especializado em demandas jurídicas desportivas. Com numerosas normas internacionais desportivas e frequentes decisões arbitrais nasceu aquilo que hoje podemos chamar de *Lex Sportiva*.

Assim, ao se colocar as disposições legais brasileiras que preveem que a prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e que o desporto tem em sua base a supremacia nacional na organização da prática desportiva chega-se a conclusão de que

*A lex sportiva internationalis* promanada da FIFA, FIBA, FIVB, FIA etc., torna-se inarredável e prevalescente, em algumas hipóteses, sem comprometer ou infirmar a soberania do País, pois em uma sociedade globalizada, o desporto como direitos humanos, ecologia, comunicação, espaço aéreo, por exemplo, são matérias que refogem a uma normatização exclusivamente nacional. Vale dizer, a autonomia desportiva dos órgãos diretivos internacionais ignora fronteiras, pois suas regras e estrutura são universais, o que determinou a mundialization du sport.<sup>56</sup>

Vem então surgindo no ordenamento jurídico internacional, e ganhando cada vez mais importância e força, a *Lex Sportiva*, que tem origem tanto na produção normativa das entidades internacionais de administração de desporto, quanto nas decisões dos tribunais de arbitragem nos litígios jusdesportivos aos quais se destinam.

---

<sup>56</sup> MELO FILHO, Álvaro. **Direito desportivo: aspectos teóricos e práticos**. São Paulo. IOB Thomson, 2006. p 32

No caso da FIFA, e diversas outras Federações Internacionais, o tribunal competente para processar e julgar as apelações dos litígios envolvendo membros, confederações, ligas, clubes, jogadores e agentes é o Tribunal Arbitral do Esporte (Court of Arbitration for Sports), também conhecido como CAS ou TAS. Além disso, a FIFA condiciona o reconhecimento de todas as confederações como associadas mediante ao reconhecimento do CAS/TAS como tribunal de apelação as decisões dos órgãos internos da FIFA.

O Tribunal Arbitral do Esporte é uma corte de arbitragem independente das Federações ou Comitês e tem sede na Suíça. Conforme prevê o Estatuto FIFA nos casos envolvendo suas decisões devem sempre ser aplicado seus estatutos e regulamentos e, onde houver omissão, a legislação suíça. Sua finalidade é dirimir conflitos desportivos por meio da arbitragem ou mediação e utilizando-se de um código próprio, o CODE, no qual existe a divisão arbitral ordinária e a divisão arbitral de apelação (que serve como sede de recurso para as decisões de Federações, Associações e Comitês que a reconhecem competentes para tal.).

Cabe ressaltar aqui também que é competência da FIFA processar e julgar apenas os litígios envolvendo entidades de países diferentes, ou seja, caso um jogador do Brasil tenha litígio contra clube brasileiro deverá recorrer ao Comitê de Resolução de Litígios da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) que “é competente para se pronunciar sobre as disputas entre agentes licenciados e jogadores, entre agentes licenciados e clubes, e entre agentes licenciados que conflitem entre si, e ainda a respeito das cobranças de mecanismo de solidariedade interno e direito de formação conforme estabelecido pela legislação nacional aplicável à espécie.”<sup>57</sup> nos termos de seu Regimento.

Nas palavras de Álvaro Melo Filho:

A noção de *lex sportiva* vincula-se a uma ordem jurídica desportiva autônoma, constituída não somente dos regulamentos autônomos das federações desportivas nacionais, em geral harmonizadas com a legislação desportiva estatal onde têm sua sede, às regras oriundas das Federações Internacionais, e, ainda às sentenças e decisões proferidas dos tribunais de justiça desportiva e cortes arbitrais desportivas.<sup>58</sup>

---

<sup>57</sup> Disponível em <http://www.cbf.com.br/institucional/crl> . Acesso em 28/10/2012

<sup>58</sup> MELO FILHO, Álvaro. **Direito desportivo: aspectos teóricos e práticos**. São Paulo. IOB Thomson, 2006. p 27-28

Aparece aqui um princípio essencial para o desenvolvimento desportivo nacional, o da autonomia. A autonomia desportiva nacional (que em momento algum pode ser confundida com independência) é trabalhada pelo Ministro Cezar Peluso no julgamento da ADI 2.937:

Penso se deva conceber o esporte como direito individual, não se me afigurando viável interpretar o *caput* do art. 217 – que consagra o direito de cada um ao esporte – à margem e com abstração do inciso I, onde consta a autonomia das entidades desportivas. Ora, na medida em que se define e compreende como objeto de direito do cidadão, o esporte emerge aí, com nitidez, na condição de bem jurídico tutelado pelo ordenamento, em relação ao qual a autonomia das entidades é mero instrumento de concretização, que, como tal, se assujeita àquele primado normativo. A previsão do direito ao esporte é preceito fundador, em vista de cuja realização histórica se justifica a autonomia das entidades dirigentes e associações, quanto à sua organização e funcionamento. (ADI 2.937, voto do Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 23-2-2012, Plenário, DJE de 29-5-2012.)<sup>59</sup>

Rafel Teixeira Ramos, ao escrever acerca dos princípios próprios do Direito Desportivo Internacional coloca em pauta outra autonomia, a autonomia desportiva internacional que “revela-se a garantia das entidades internacionais do desporto se auto-organizarem e auto-administrarem, a partir de seus estatutos, e coordenarem a sua complexa regulação: direitos federativos<sup>60</sup>”

Tanto as normas internacionais expedidas pelas respectivas Federações quanto as decisões proferidas por seus tribunais internos ou por elas reconhecidas gozam portanto de certa autonomia e de considerável força e eficácia dentro dos países representados por sua confederação.

No caso do futebol há então a FIFA elaborando normas e criando mecanismos de controle para que as confederações nacionais e todos os demais sujeitos do universo desportivo em questão as cumpram, um Tribunal Arbitral do Esporte com a competência reconhecida pelas entidades de administração do desporto que possui jurisprudência própria e é regida por regras também próprias. Em ambos os casos (FIFA e CAS) as normas e decisões gozam de autonomia com relação a legislação pátria dos países que as entidades nacionais à eles se submetem. Temos então os elementos que Michal J. Beloff elenca como necessários para a existência da *Lex Sportiva*.

---

<sup>59</sup> Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%201959> . Acesso em 11/11/2012

<sup>60</sup> RAMOS, Rafael Teixeira In BEM, Leonardo Schmitt de; RAMOS, Rafael Teixeira. **Direito Desportivo – Tributo a Marcílio Krieger**. São Paulo: Quartier Latin. 2009. p. 98

*Lex sportiva* para Beloff tem três elementos principais: ela tem normas transnacionais geradas pelas regras e práticas da federação desportiva internacional; ela tem uma única jurisprudência, com princípios legais que são diferentes daqueles das cortes nacionais, e pelos os quais são declarados pela Corte Arbitral do Esporte, e; elas tem constituição autônoma da lei nacional.<sup>61</sup>

Ken Foster escreve sobre a recente criação da *Lex Sportiva* e de sua relativa fraqueza frente ao ordenamento jurídico internacional, entretanto, reconhece como de suma importância seu fortalecimento e reconhecimento.

Global sports law, no tocante a sua existência, está tentando se tornar uma *lex sportiva* que será uma ordem judicial transnacional. Isso permitirá que seja respeitada nos tribunais nacionais. Existem entretanto condições pré necessárias para que a *lex sportiva* seja reconhecida como ordem judicial transnacional: um órgão global constitutivo, um fórum global para resolução de disputas, normas únicas e transnacionais.<sup>62</sup>

É de opinião majoritária que uma *Lex Sportiva* forte irá proporcionar decisões mais rápidas e mais uniformes nos litígios desportivos que surgirem com a prática desportiva e o forte fluxo de transferências de jogadores e do mercado internacional que a economia desportiva criou.

Da mesma forma pensa James Nafziger:

A *lex sportiva* totalmente desenvolvida ajudaria aplicar três valores que o princípio do *stare decisis* serve: eficiência do processo legal, previsibilidade e estabilidade das expectativas, e igualdade de tratamento das partes em situações similares. Assim, [a] *lex sportiva* será claramente mais vantajosa do que as decisões tomadas *ex aequo et bono*. Ela faria parte da lei. A lei que prevê mais previsibilidade que é necessário para a determinação clara dos direitos e obrigações das partes.<sup>63</sup>

---

<sup>61</sup> FOSTER, Ken. **Is There a Global Sports Law?** p. 8 Disponível em <http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/law/elj/eslj/issues/volume2/number1/foster.pdf> . Acesso em 11/11/2012.

<sup>62</sup> FOSTER, Ken. **Is There a Global Sports Law?** p. 16-17 Disponível em <http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/law/elj/eslj/issues/volume2/number1/foster.pdf> . Acesso em 11/11/2012.

<sup>63</sup> NAFZIGER, James A. R. **Internacional sports law**. 2nd ed. 2004. Transational Publishers p. 50

O CAS/TAS tem uma importância especial na criação e fortalecimento da *Lex Sportiva*. Suas decisões influenciam na formação dos princípios jurídicos desportivos internacionais, na criação e na interpretação das normas das Federações.

## 4.2 Arbitragem no Direito Desportivo Internacional

A arbitragem internacional, nas palavras de Nadia de Araujo “é um meio de solução de litígios utilizado no comércio internacional que permite uma utilização do direito, amoldando-se melhor às necessidades dos atores envolvidos nessa intensa atividade<sup>64</sup>” sendo considerado por Jacob Dolinger

O meio mais utilizado de solução de litígios fora da esfera do Judiciário. Difere da mediação e da conciliação, pois nesses as pendências entre as partes não são resolvidas por terceiros, mas pela vontade comum dos litigantes, com a ajuda de um mediador ou conciliador. Na arbitragem, as partes buscam a solução através de uma decisão imposta por um terceiro que atua como árbitro.<sup>65</sup>

A lei brasileira de arbitragem autoriza a opção por esta forma alternativa de resolução de litígios impondo, entretanto, algumas restrições. A arbitragem é possível apenas para os casos em que o litígio envolva direito patrimonial disponível, e as regras de direito não poderão ser contrárias à ordem pública ou aos bons costumes.

Dentro do Direito Desportivo Internacional as limitações ao uso da arbitragem são as mesmas, assim explica Nafziger

A ampla adoção de cláusulas de arbitragem nos contratos, bem como melhores métodos alternativos de resolução de disputas dentro dos órgãos nacionais e das FIs, não têm inibido completamente o litígio. Às vezes, os tribunais são a melhor alternativa. Às vezes, eles são a única alternativa. Algumas demandas não são passíveis de cláusulas de arbitragem e, mesmo quando o são, leis nacionais podem garantir o direito de buscar uma revisão judicial das sentenças arbitrais. Além disso, demandas que envolvam direitos

---

<sup>64</sup> ARAUJO, Nadia de. **Direito internacional privado: teoria e prática brasileira** – 5.ed. atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Renovar, 2011. p.509

<sup>65</sup> DOLINGER, Jacob. **Direito internacional privado: arbitragem comercial internacional**. Rio de Janeiro: Renovar. 2003. p.19



fundamentais, a justiça natural, à ordem pública, lei obrigatória ou *lois de police*.<sup>66</sup>

As *lois de police*, ou normas imperativas, são aquelas “de âmbito interno que contêm determinados assuntos considerados essenciais ao país que as promulgou e, por isso, são automaticamente aplicadas.”<sup>67</sup> e que devem ser levadas em consideração pelos árbitros na apreciação da demanda “a fim de que sua decisão seja efetiva, sem riscos de ser afastada por órgãos internos. Assim, recorre-se ao princípio da efetividade das decisões, com a realização do Direito Internacional Privado voltado para o resultado final de sua intervenção.”<sup>68</sup>

A Convenção de Nova Iorque sobre o reconhecimento e a execução de sentenças arbitrais, de 1958, da qual o Brasil é signatário e que uniformizou as regras de arbitragem internacional e do reconhecimento de suas sentenças, também prevê a possibilidade de não execução da sentença no caso de ser contrária à ordem pública local.

Tendo em vista a importância das decisões da Corte Arbitral do Esporte no reconhecimento e na legitimação da *lex sportiva*, é possível dizer que a Convenção de Nova Iorque, ao garantir o reconhecimento e execução das sentenças arbitrais estrangeiras nos países signatários, é grande responsável pelo fortalecimento da arbitragem internacional e, em específico no Direito Desportivo, da *lex sportiva*. Assim

É preciso não deslembrar que o Brasil, pelo Decreto nº 4.311/2002, ratificou a Convenção de Nova York (hoje com 168 países signatários), que trata do reconhecimento e execução de laudos arbitrais internacionais, sendo este um passo decisivo para a consolidação da arbitragem como instrumento eficaz para a solução de controvérsias, inclusive desportivas<sup>69</sup>

---

<sup>66</sup> NAFZIGER, James A. R. **Internacional sports law**. 2nd ed. 2004. Transational Publishers. p. 45

<sup>67</sup> FRIEDRICH, Tatyana Scheila. **Normas Imperativas de Direito Internacional Privado: Lois de Police**. Belo Horizonte. Fórum. 2007 p. 25

<sup>68</sup> FRIEDRICH, Tatyana Scheila. **Normas Imperativas de Direito Internacional Privado: Lois de Police**. Belo Horizonte. Fórum. 2007 p. 75

<sup>69</sup> MELO FILHO, Álvaro. **Nova lei Pelé: avanços e impactos**. Rio de Janeiro: Maquinária. 2011 p. 183

#### 4.2.1 Câmaras de Arbitragem Internas da FIFA

A FIFA é uma exceção se comparada às demais Federações Internacionais pois conta com tribunais arbitrais especializados próprios reconhecendo a competência da Corte Arbitral do Esporte apenas para recursos de apelação às decisões internas.

Ao julgar as disputas de competência de suas câmaras de arbitragem (que são definidas pelos regulamentos e estatutos) a FIFA aplica não só as suas normas internas mas também as leis e acordos coletivos presentes nas legislações nacionais dos envolvidos na disputa, sempre levando em consideração a especificidade do esporte.

As câmaras de arbitragem da FIFA, assim como a arbitragem em geral, garante em todas as disputas os direitos de ampla defesa, no qual está garantido tanto o direito de ser ouvido em julgamento quanto o de apresentar provas pertinentes à demanda, o direito a uma decisão fundamentada e de que ela seja compatível com os fatos levantados por meio de provas.

São previstos como meio de provas o depoimento, a prova testemunhal, documentos, laudos periciais e demais meios de prova sendo que o ônus da prova sempre recai em quem alega o fato.

Nos casos em que a jurisprudência da Câmara já esteja consolidada, e nos casos de disputas envolvendo pagamento de Compensação por Treinamento ou Cláusula de Solidariedade, é possível que seja proferida uma decisão preliminar por um órgão administrativo da FIFA, não sendo necessário o julgamento pelas câmaras, que poderá ser contestado e levado a julgamento ou aceito pelas partes.

As decisões são tomadas por maioria simples, não sendo permitidas abstenções pelos árbitros participantes, em sessões secretas, sendo publicadas sem a divulgação dos nomes dos litigantes contendo, salvo exceções, a fundamentação que levou a decisão.

#### 4.2.2 Corte Arbitral do Esporte (CAS)/Tribunal Arbitral do Esporte (TAS)

A Corte Arbitral do Esporte (CAS) é uma instituição, independente de qualquer Federação ou Comitê Desportivo Internacional e reconhecida pela grande maioria deles. Funciona como tribunal arbitral com a finalidade de resolver litígios decorrentes de matéria

desportiva, através da arbitragem e da mediação, contando com cerca de 300 árbitros especializados para tanto. Tem sua sede na Suíça e a legislação aplicável aos litígios é a escolhida pelas partes sendo que, na ausência de escolha, a lei suíça será aplicada. Em ambos os casos as normas das respectivas Federações Internacionais devem ser atendidas.

O CAS conta com duas formas de resolução de litígios, a arbitragem e a mediação. No caso da mediação, em que ficam excluídas questões disciplinares e relacionadas ao doping, o objetivo é, por meio do auxílio de um Mediador, que as partes cheguem mutualmente à um acordo, de forma a colocar fim ao litígio. Já no caso da arbitragem, os litígios entre federações, associações, ou qualquer outra entidade ou pessoa relacionadas ao desporto, que prevejam em seus regulamentos e estatutos a possibilidade de submeter à arbitragem as disputas judiciais do desporto decorridas, e a competência do CAS para tanto, e aqueles que em contrato particular dispuserem de cláusula arbitral, poderão recorrer à Corte que conta com duas divisões de arbitragem, a Ordinária (em primeiro grau) e a de Apelações (em sede de recurso).

Os idiomas oficiais do CAS são o Inglês e o Francês, cabendo às partes a escolha de qual será utilizada no processo, e ao presidente do painel de arbitragem ou da divisão no caso de ausência de disposição nesse sentido. Embora todos os regulamentos e códigos do CAS sejam redigidos de forma oficial em ambos os idiomas o Francês é imperativo no caso de dupla interpretação.

A importância da Corte Arbitral do Esporte tanto na resolução de litígios quanto na formação da *lex sportiva* é indiscutível. A Suprema Corte Suíça não só reconheceu a legitimidade da entidade como também sua importância como podemos observar nos comentários de Francisco Mussnich

De fato, comemorando seu vigésimo aniversário, o TAS foi beneficiado, em 27 de março de 2003, por uma decisão da Suprema Corte Suíça, que o definiu como ‘um dos principais pilares do esporte organizado’ e ressaltou o fato de ‘não haver melhor alternativa que este instituto, passível de solucionar litígios ligados ao esporte de maneira diligente e acessível’. É de se notar que, além de reconhecer a importância do TAS no setor desportivo atual, a Suprema Corte Suíça pacificou a discussão sobre a forma de constituição do tribunal arbitral, i.e, a suposta independência dos árbitros diante da limitação das partes ao escolher um árbitro através de uma lista pré-designada pelo próprio TAS. Isso porque, inicialmente, um número de árbitros constante do rol do TAS era indicado pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), principal financiador do TAS. E como, muitas vezes, uma disputa contra o COI seria posta perante o TAS, a independência e imparcialidade destes árbitros estariam *sub judice*. Não obstante, a Suprema

Corte Suíça entendeu que a estrutura de lista para indicação dos árbitros, embora inicialmente pareça uma restrição à liberdade das partes, impactando também, a independência e imparcialidade dos árbitros, é necessária e essencial para assegurar tanto a especialização dos julgadores como a coerência das decisões do TAS.<sup>70</sup>

Não restam dúvidas acerca de que a especificidade do esporte, e dos litígios dele oriundos, remete à uma análise cuidadosa sendo este o grande trunfo da arbitragem, principalmente em níveis internacionais. No caso específico do CAS, as vantagens de sua utilização advêm de decisões especializadas, resultantes de procedimentos flexíveis, mais simples e mais rápidos com redução de custos e com eficácia internacional tendo em vista a Convenção de Nova Iorque.

Com relação à sua direta contribuição para a formação da *lex sportiva*, que em muito contribui com normas desportivas internacionais mais uniformes e consistentes, Lorenzo Casini levanta três diferentes e igualmente importantes funções

Primeiramente, o CAS vem aplicando princípios gerais do Direito nas instituições desportivas, e isso tem criado uma específica '*principia desportiva*'. Em segundo lugar, o CAS tem um importante papel na interpretação das leis desportivas, tanto influenciando como condicionando a criação de normas pelas instituições desportivas. Em terceiro lugar, o CAS em muito contribui para a harmonização das leis globais internacionais, também porque representa uma suprema corte, o ápice de um complexo conjunto de mecanismos de revisão pelo mundo.<sup>71</sup>

Em sendo a sede do CAS localizada na Suíça, as sentenças arbitrais são consideradas estrangeiras em todos os demais países, sendo necessário o reconhecimento judicial delas para sua execução. Portanto, a Convenção de Nova Iorque garante às decisões do CAS reconhecimento e força de suas decisões em todos os países dela signatários, incluindo o Brasil.

---

<sup>70</sup> MUSSNICH, Francisco Antunes Maciel. A Arbitragem no Direito Desportivo: A Câmara de Resolução de Disputas da FIFA e o Tribunal Arbitral do Esporte In MACHADO, Rubens Approbato et alli (coordenação) – **Curso de Direito Desportivo Sistemico**. São Paulo: Quartier Latin, 2007. p 498/499.

<sup>71</sup> CASINI, Lorenzo. **The Making of a Lex Sportiva. The Court of Arbitration for Sport “Der Ernahrer”**. p. 10/11. Disponível em [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1621335](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1621335) . Acesso em 11/11/2012

### 4.3 Posição entre o Direito Público e o Direito Privado

A existência de inúmeras normas internacionais expedidas por entidades de administração do desporto é indiscutível. Também é possível observar sua efetiva eficácia, uma vez que conseguem regular as relações que surgem da interação entre os atores desportivos.

A produção normativa oriunda das federações internacionais, como a FIFA, nasce com a intenção de regular as relações em todo o mundo, o que envolve culturas e sistemas jurídicos diferentes. É de se imaginar portanto, que a mesma norma ao encontrar sistemas jurídicos diferentes possam vir a conflitar com a legislação local. Ainda, a especificidade do desporto, principalmente a nível internacional, leva julgadores estatais a decisões incompatíveis com a realidade desportiva global.

Os autores Mitten e Opie perceberam a tensão que se forma no encontro das normas internacionais e a legislação e tribunais locais ao escreverem que

Porque o COI e cada FI procuram aplicar e fazer cumprir um conjunto uniforme de regras de forma consistente em todo o mundo, a perspectiva de diferentes tribunais nacionais chegarem a conclusões inconsistentes sobre o mérito do Olímpico e disputas esportivas internacionais é um problema significativo. Um forte potencial para conflitantes pontos de vista jurídicos existe por causa das abordagens divergentes dos sistemas jurídicos (por exemplo, a *commom law* ou direito civil), vieses decorrentes do nacionalismo e do etnocentrismo, e a força dos princípios da independência judicial e Estado de Direito na respectiva jurisdição, bem como para as diferenças culturais sobre o papel e importância do esporte e de diferentes modelos nacionais e transnacionais do desporto (por exemplo, europeu, norte-americano e australiano). Se os tribunais nacionais julgarem estas disputas, há uma inerente tensão entre internacionalismo (ou seja, a necessidade de esportes internacionais de operar sob um enquadramento coerente, em todo o mundo), e do nacionalismo (ou seja, o desejo de cada nação de preservar sua soberania e garantir que atletas cidadãos são protegidos por suas leis). Olimpíadas e competições esportivas internacionais requerem regras uniformes e aceitas em campo de competição que sejam interpretadas, aplicadas, e executadas por árbitros e juízes independentes e imparciais, e cujas decisões sejam finais. Da mesma forma, a resolução de litígios resultantes das Olimpíadas e competições internacionais exige também um sistema jurídico fora dos campos nos termos de um tribunal internacional independente ou corte

especializada em leis desportivas com decisões definitivas e vinculativas que têm reconhecimento e efeito global.<sup>72</sup>

Essas normas têm essencialmente a característica de serem de Direito Privado, regulando relações entre entidades associativas que se reúnem regionalmente, nacionalmente e continentalmente até chegarem na entidade máxima, que no caso do futebol é a FIFA, expedindo regras, em um sistema piramidal, que submetem todas as entidades abaixo ao seu cumprimento.

É esta característica eminentemente privada a primeira e principal justificativa para a autonomia da regras desportivas eis que dizem respeito ao seu funcionamento e organização.

A Corte Arbitral do Esporte, em uma demanda dos anos 90 na qual um jogador de basquete ingressou com um litígio contra a Federação Internacional de Basquetebol (FIBA), decidiu que o conflito normativo entre a entidade internacional e a legislação estatal é apenas aparente. Assim constou na fundamentação da decisão

As normas federativas adotadas pelas regras da FIBA constituem uma regulamentação de direito privado, com vocação internacional ou global, para serem aplicadas em matéria de regras desportivas que regem o basquete. Portanto, é necessário aplicar esta norma federativa, sem recorrer à aplicação de qualquer legislação nacional de fundo. Nacionalidade jurídica está relacionada com *status* pessoal derivado da cidadania de um ou mais Estados. Já a nacionalidade de basquete é um conceito único ao esporte, é a definição de regras para a qualificação de jogadores para a sua participação em competições internacionais. Há dois sistemas jurídicos diferentes, um direito público, e outro privado, que não se sobrepõem e não entram em conflito. Os regulamentos da FIBA para a nacionalidade única esportiva **de** um jogador de basquete não viola a soberania dos Estados em matéria de nacionalidade, ou as suas competências nesta área.<sup>73</sup>

Da decisão é possível perceber que a CAS entendeu que embora a nacionalidade do atleta enquanto cidadão pertencente à algum Estado-nação deve ser considerada isso diz respeito ao Direito Público, enquanto a nacionalidade do atleta enquanto participante de competição internacional é de Direito Privado, não podendo haver confusão entre os conceitos ou conflito entre as normas eis que cada uma se refere a ramo e finalidade diferentes.

---

<sup>72</sup> MITTEN, Matthew J. OPIE, Hayden. “Sports Law”: **Implications For The Development Of International, Comparative, And National Law And Global Dispute Resolution.** p. 16. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=1625919> . Acesso em 11/11/2012

<sup>73</sup> Arbitragem TAS 92/80 B. / Fédération Internationale de Basketball (FIBA), sentença de 25 de março de 1993. Disponível em <http://jurisprudence.tas-cas.org/sites/CaseLaw/Shared%20Documents/80.pdf> . Acesso em 28/10/2012

Ken Foster considera que a imunidade legal da qual as federações internacionais gozam, tendo a autonomia de suas normas sendo observadas e suas regras se sobrepondo as legislações estatais, advém tanto da natureza internacional quanto do modo pelo qual elas governam as demais federações nacionais. Esse modo hierárquico e piramidal de administração das entidades nacionais leva a necessidade decorrente de que as normas expedidas internacionalmente tenham de ser obrigatoriamente observadas antes da legislação pátria e estatal de cada país. Além disso, a *lex sportiva* deve ser utilizada na interpretação legislativa realizada no caso concreto pelos juízes dos tribunais nacionais, e devem ser igualmente observadas no processo de criação das leis sendo respeitada a não intervenção no âmbito federativo. Por fim, as federações internacionais também necessitam de autonomia nos métodos de resolução de disputas, razão pela qual tanto a Câmara de Resolução de Litígios da CBF, o Comitê de Resolução de Disputas da FIFA como a Câmara Arbitral do Esporte são essenciais para a existência dessa norma desportiva internacional com sua devida eficácia.

A imunidade internacional nasceria então de uma característica contratual em que a autonomia da vontade colocaria as partes envolvidas em posição de igualdade criando uma espécie de direitos e obrigações de caráter privado no qual o contrato faria lei entre as partes.

O próprio autor reconhece entretanto, que essa igualdade é teórica, não sendo realidade na prática pois tendo na base de sua estrutura os atletas que devem respeitar as regras de todas as entidades administrativas do desporto e tendo no topo uma entidade máxima que regula e administra o desporto a nível mundial as relações entre, por exemplo, jogadores de futebol e a FIFA não estariam em equilíbrio. Logo a

*Lex Sportiva* repousa em um contrato ficto. Embora a relação entre uma federação desportiva internacional e um atleta seja nominalmente chamado por contrato, a análise sociológica é completamente diferente. A relação de poder entre uma poderosa e global federação desportiva internacional, exercendo o monopólio acerca das competições no esporte, e um único atleta é tão desigual quanto sugerir que a forma legal da relação não deveria ser contratual.<sup>74</sup>

Lorenzo Casini defende a idéia de que as leis desportivas internacionais possuem uma característica própria de serem heterogêneas e permanecerem em uma espécie de divisa entre o Direito Público e o Direito Privado. Embora tenham sua principal fonte nos regulamentos

---

<sup>74</sup> FOSTER, Ken. **Is There a International Sports Law?** p. 15 Disponível em <http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/law/elj/eslj/issues/volume2/number1/foster.pdf>.

das entidades internacionais de administração do desporto, consistem também em princípios originalmente estatais.

Em termos mais amplos, a lei internacional, uma ordem de esportes não aparece mais a cair dentro da esfera do direito privado sozinho. Além disso, as formas em que a autonomia privada e da esfera pública interagem são muitas vezes ancorada em paradigmas e instituições típicas de direito administrativo. Isto é principalmente devido à relevância sócio-econômica crescente, de esportes, que é capaz de ter profundo impacto sobre vários interesses públicos, como, por exemplo, a proteção da saúde, a proteção dos direitos humanos e outros direitos fundamentais dos atletas.<sup>75</sup>

Portanto, esse movimento de um Direito puramente Privado para uma espécie de meio caminho entre o Direito Público tem sua origem em uma necessidade da tentativa de enquadramento mundial do Direito Desportivo Internacional, com a adaptação de um Direito Administrativo Internacional de forma a tornar mais compatíveis com o maior número possível de Estados as normas contratuais estabelecidas entre federações internacionais, nacionais e atletas.

Ao partir da diferenciação entre *international sports law* e *global sports law* é possível perceber uma intersecção entre os dois conceitos que se aplica exatamente ao esporte aqui estudado, o futebol. Assim distingue e percebe o encontro dos dois conceitos Marios Papaloukas

A distinção entre os dois termos é muito importante pois uma *international sports law* pode ser aplicado pelos tribunais nacionais, mas a adoção e implementação de uma *global sports law* requer a exclusão das leis nacionais. O direito internacional é que rege as relações entre os Estados, portanto, o direito internacional dos esportes deve incluir os princípios da lei internacional sobre esportes. Nesse sentido, a *international sports law* deve incluir a *Jus Commune*, os princípios gerais do direito internacional, e deve, portanto, ser uma parte de uma lei internacional, em vez de uma ordem jurídica desportiva supranacional independente ou *Lex Sportiva*. Uma *international sports law* deve ser caracterizado por um sistema no qual jurisdições nacionais são soberanas e a autoridade máxima do esporte constituída sob a forma de uma organização multinacional por essas leis nacionais. Por outro lado, um *global sports law* não é regido pela lei nacional e constitui uma ordem supranacional jurídica independente criada pelos mundos que regem as autoridades desportivas. É uma lei global sem vínculos nacionais, um conjunto de princípios supranacional legal *sui generis*, derivada das regras estabelecidas por federações esportivas

---

<sup>75</sup> CASINI, Lorenzo. **Sports Law: A Global Legal Order?** p. 15 Disponível em <http://ssrn.com/abstract=2079857> Acesso em 17/01/2013.



internacionais, interpretado pelos tribunais competentes do esportes. Esta é uma ordem legal separada que é globalmente autônoma. Isso implica que federações esportivas internacionais não pode ser regulamentada pelos tribunais nacionais ou por leis nacionais. Elas só podem ser regulados por seus próprios órgãos internos e órgãos externos. Assim, tem-se argumentado que nas regras desportivas internacionais *international sports law* podem coexistir com regras de *global sports law*. *International sports law* inclui regras que regulam uma parte do esporte que, embora parece ter aspectos internacionais, é, firmemente baseada no sistema desportivo nacional, regido pelo direito nacional e, geralmente, subsidiado pelo orçamento nacional. Um exemplo deste caso é o futebol<sup>76</sup>

Ken Foster considera que a *global sports law*, por criação de um direito administrativo internacional decorrente do processo de globalização, vem ganhando legitimidade. Esse processo de legitimação exige alguns requisitos básicos como a participação de todos os envolvidos e interessados na formulação das normas internacionais, decisões fundamentadas, mecanismos de apelação contra as decisões internas, devido processo legal nos julgamentos e princípios gerais como proporcionalidade e especificidade nas decisões.

O Código Disciplinar da FIFA é um exemplo de norma internacional de Direito Privado que incorpora os princípios gerais de Direito Público uma vez que prevê a possibilidade de sanção direta às entidades locais de administração do desporto no caso de não respeito aos princípios fundamentais do Direito.

A Lei 9.615/98 por sua vez, é um exemplo de legislação pátria estatal que absorve e reconhece as normas internacionais desportivas, de Direito Privado, aceitando inclusive suas alterações pois considera a prática desportiva formal como sendo regulada por normas nacionais e internacionais.

Essa necessidade inerente às entidades internacionais de se adaptarem aos diversos sistemas jurídicos nacionais e a participação de cada vez mais países, desportistas e espectadores levaram à uma evolução das normas desportivas internacionais que por sua vez levou a uma melhor aceitação pelos Tribunais e legislações. Assim, a

*Global sports law* amadureceu para fase em que já não precisa rejeitar a intervenção legislativa e judiciária simplesmente alegando autonomia e uma necessidade de auto-regulação. Tornou-se um sistema próprio que é capaz de reconhecer-se como uma ordem jurídica internacional.<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> PAPALOUKAS, Marios. **Policy, European Sports Law and Lex Sportiva** p. 10/11. Disponível em [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1357783](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1357783) . Acesso em 24/10/2012.

<sup>77</sup> FOSTER, Ken. **Global Administrative Law: The Next Step For Global Sports Law?** p. 8. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=2014694> . Acesso em 24/10/2012.

Assim, a autonomia internacional também evoluiu. No Brasil ganhou força Constitucional, fator determinante para o reconhecimento das normas internacionais no país. A CBF, portanto, pode se organizar e regular a prática do futebol nacionalmente, de acordo com as diretrizes e regulamentos da FIFA, sem se preocupar com a interferência de leis infraconstitucionais.

Para o italiano Francesco Paolo Luiso, citado por Michal B. Will, a legislação constitucional e infraconstitucional brasileira seria um exemplo de sua teoria de incorporação pela qual o Estado faria a recepção, sempre que necessário, das normas desportivas internacionais.

LUISO busca um meio-termo. Embora não negue o caráter originário do ordenamento desportivo, reconhece ele, ao mesmo tempo, que a sua pretensão de eficácia imediata não pode interferir com a pretensão de soberania do Estado. Esse é o motivo de sua teoria de incorporação (*entificazione di ordinamenti*): o Estado apanha, quando necessário, as normas criadas externamente e institucionaliza-as, por assim dizer, em sua própria casa, onde as pode controlar.<sup>78</sup>

A posição doutrinária majoritária reconhece, entretanto, a autonomia internacional das federações internacionais como decorrente de seu caráter privado. Assim, alguns autores consideram inclusive a existência de um sistema jurídico próprio, com características que os levariam não só a alcançar seus objetivos de regulamentar o esporte e relações desportivas ao redor do mundo como também a serem reconhecidos como ordenamentos jurídicos. A respeito

A doutrina, principalmente a italiana, e, por sua influência a belga, aproveitou a ideia de pluralidade de ordenamentos jurídicos. O desporto é, assim, o único caso de nascimento e expansão de um ordenamento jurídico autônomo e complexo nos últimos tempos. Apenas nesse caso encontrariam as três principais características típicas de um ordenamento jurídico: estrutura pessoal, estrutura organizacional e estrutura normativa. E isso não apenas a nível nacional, mas também a nível internacional. O movimento olímpico existe, com efeito, desde a virada do século, sem que tenha sido necessária a concessão de qualquer Estado, Igreja ou outra ordem jurídica. Brotado de sua própria vontade e alimentado por sua própria força: em suma, um ordenamento originário e autônomo, que não conhece fronteiras. Tal ordenamento não pertence ao direito internacional público porque seus

---

<sup>78</sup> LUIZO, Francesco Paolo *apud* WILL, Michael B. **Normas desportivas internacionais e direito interno**. p. 367. Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/181948> Acesso em 28/10/2012.

destinatários não são Estados soberanos no âmbito internacional, mas sim pessoas físicas e jurídicas, dentro da respectiva esfera intraestatal.<sup>79</sup>

De qualquer forma, é inegável o fato de que dentro da estrutura associativa do desporto em níveis nacional e internacional as entidades internacionais regulam e agem como fonte normativa primária. As normas expedidas por órgãos máximos tem sua aplicação em todas as filiadas nacionais e regionais sendo que, em muitas vezes, se deve observá-las antes mesmo da legislação nacional, principalmente quando se tratando de relações que envolvem atores de países diferentes. Assim, o

Certo é que a autonomia desportiva internacional confere aos organismos privados do desporto extra-estatal uma típica soberania desportiva, num grau eminente aos países desportivamente filiados e sem malferir a soberania estatal, que não pode intervir na autenticidade relativa do movimento associativo-desportivo, de que resulta um ato de coligação com a dita autonomia desportiva mundial. Tal soberania desportiva propicia ao movimento desportivo cosmopolita, além da sua autonomia, a autonormação e o auto-funcionamento elásticos, flexíveis, maleáveis, de modo a acompanhar as versatilidades naturais do desporto, alvejando os seus objetivos<sup>80</sup>

---

<sup>79</sup> WILL, Michael B. **Normas desportivas internacionais e direito interno**. p. 366/367. Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/181948> Acesso em 28/10/2012.

<sup>80</sup> RAMOS, Rafael Teixeira. Principiologia do Direito Desportivo Internacional. In BEM, Leonardo Schmitt de; RAMOS, Rafael Teixeira. **Direito Desportivo – Tributo a Marcílio Krieger**. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p.100

#### 4.4 Normas da FIFA no ordenamento jurídico nacional

É perfeitamente possível então a ideia de que as normas da FIFA se encontram dentro do ordenamento jurídico nacional, pois a partir de uma interpretação sistemática verificamos que a Lei. 9.615/98 absorve as normas internacionais de administração do desporto.

Tendo isso e o carácter privado das relações jusdesportivas em vista, uma análise das situações em que as normas da Federação Internacional se sobrepõe às normas de Direito Interno pode ser feita.

A situação de contrato especial de trabalho desportivo com menores, na qual a redação da Lei 9.615/98 autoriza um prazo de 5 anos e o Regulamento internacional veda prazos superiores aos de 3 anos já foi analisada.

Um outro caso recorrente de demandas judiciais envolvendo normas internacionais e Direito Interno é o das “janelas de transferências” impostas pela FIFA com o argumento de evitar o desequilíbrio entre os times dentro de uma mesma competição decorrente da intensa negociação entre outros países.

Dessa forma a CBF, acatando uma norma da FIFA, autoriza a inscrição de atletas transferidos de clubes estrangeiros apenas em 2 períodos no ano.

Assim, muitas vezes se levantou a questão acerca da possibilidade de que esta norma internacional fosse contrária ao direito fundamental da liberdade de exercício da profissão, constitucionalmente garantido.

Embora seja discutível se a medida da FIFA alcança seus objetivos, em razão das “janelas cruzadas” pelas quais os jogadores podem sair de seus clubes em meio a temporada para ingressarem em um país estrangeiro, é indiscutível o fato de que a norma é aceita pelo Direito Brasileiro e deve ser respeitada. Dessa forma escreveu Daniel Cravo

Em primeiro lugar, ratificamos nossa opinião quanto à aplicabilidade das regras da FIFA no âmbito jus desportivo brasileiro, entendendo que tais normas encontram-se inequivocadamente recepcionadas por nosso ordenamento jurídico interno. Neste sentido, entendemos que as “janelas de transferência”, por estarem ao abrigo de tais normas internacionais, devem ser respeitadas.<sup>81</sup>

Essa discussão foi levada ao Poder Judiciário brasileiro e, embora naquela ocasião a CBF tenha aceitado o pedido dos clubes e antecipado a janela de transferência, a demanda foi

---

<sup>81</sup> SOUZA, Daniel Cravo. **A problemática das “janelas de transferência” no contexto do futebol brasileiro**. p. 58

julgada improcedente por não ser contrária à ordem pública nacional, sendo uma norma internacional perfeitamente aplicável ao nosso ordenamento jurídico. Assim decidiu a Desembargadora Maria Inês Cunha Dornelles

A Resolução editada pela Confederação Brasileira de Futebol - CBF, em conformidade com as regras da Federation Internationale de Football Association - FIFA, que os impetrantes entendem injusta e inconstitucional, vigora desde o ano de 2005, e alcança todas as situações de contratação de atletas transferidos do exterior para o Brasil. Refuta-se, pelo exposto, o alegado tratamento desigual. Ainda, ao contrário do exposto pelos impetrantes, não se constata violação do direito à liberdade de exercício da profissão, assegurada na Constituição Federal, na medida em que a Resolução não nega validade às contratações levadas a efeito entre os atletas e respectivos clubes. . (MD 0016977-85.2010.5.04.0000, decisão da Rel. MARIA INÊS CUNHA DORNELLES)<sup>82</sup>

## Conclusão

Foi necessária uma evolução do Direito Desportivo tanto no plano nacional como no plano internacional. A intensificação da atividade econômica envolvendo o futebol e a aproximação de fronteiras, envolvendo inclusive atletas cada vez mais jovens, gerou um desenvolvimento relevante que levou o desporto, as entidades de administração do desporto e a justiça desportiva a ganharem força constitucional e levou igualmente o Direito Desportivo Internacional a ganhar corpo, contar com tribunais e normas próprias e a criar uma *lex sportiva*.

Com o presente trabalho é possível chegar a algumas conclusões. A existência da norma desportiva internacional é inegável e sua eficácia na regulamentação das relações jurídicas que nascem do caráter econômico do desporto é evidente.

A FIFA é uma fonte primária de normas, fazendo parte de um sistema jurídico próprio que conta com estrutura pessoal, normativa e jurisdicional.

Através de seus regulamentos, a Federação Internacional consegue manter um padrão comportamental em todo o mundo, prevendo não apenas a prática desportiva, como também questões acerca dos contratos especiais de trabalho desportivo, da relação de agenciamento de jogadores, das limitações dos investidores em participarem das negociações e das limitações das próprias negociações como datas, prazos e quantidades.

Alguns autores colocam esta relação jurídica dentro de uma esfera do Direito Privado enquanto outros a colocam em uma situação limítrofe com o Direito Público. No Brasil, essa relação do futebol com o sistema jurídico parece estar mais para a segunda opção. A autonomia da CBF, como entidade de administração do desporto, é prevista constitucionalmente e a Lei 9.615/98 recepciona as normas internacionais de regulamentação do desporto. O Poder Judiciário brasileiro também tem entendido dessa forma ao julgar que os litígios oriundos de relações desportivas devem respeitar as normas internacionais e nacionais de organização.

Da mesma forma a FIFA, embora vete o acesso ao judiciário estatal em situações gerais, estabelece em suas normas que a legislação nacional de cada país no qual ocorra atividade desportiva profissional deve ser igualmente respeitada.

Embora o Poder Judiciário de cada Estado deva ser recorrido apenas em casos específicos sendo, na maior parte, limitados aos litígios trabalhistas, a FIFA dispõe de câmaras arbitrais próprias e reconhece a Corte Arbitral do Esporte que, em razão da

Convenção de Nova Iorque, proferem sentenças arbitrais que podem ser reconhecidas e executadas em diversos países.

Dessa forma vemos que a FIFA possui não só autonormatização com suas normas respeitadas em todos os países do mundo como também possui mecanismos de resolução de litígios sendo observando, inclusive, o direito ao duplo grau de jurisdição, ao reconhecerem a CAS como competente para apreciar apelações interpostas contra decisões dos órgãos judicantes internos.

A incorporação de princípios típicos do Direito Público no âmbito jusdesportivo internacional nasceu de uma necessidade de melhor adequação das normas internacionais nos sistemas jurídicos locais e, com isso, a *global sports law* adquiriu também maior reconhecimento como sistema autônomo no plano mundial.

A autonomia das entidades nacionais se transforma em soberania no plano internacional. Por se tratarem de pessoas jurídicas com alcance mundial que mantêm com suas filiadas regionais e nacionais relações essencialmente contratuais, as federações internacionais como a FIFA possuem o poder único de estarem no topo da pirâmide e estabelecerem regras as quais são imediatamente acatadas por todas as entidades subordinadas. Logo, no momento em que a FIFA estabelece uma norma todas as entidades continentais se encontram vinculadas, assim como as nacionais. Da mesma forma, as normas expedidas pelas confederações continentais, em acordo com as diretrizes da entidade máxima, devem ser observadas pelas associações e confederações nacionais, e assim por diante.

Seja as considerando de caráter privado ou de caráter misto, negar a força normativa (bem como sua eficácia) da FIFA é negar a realidade pela qual o futebol passa. O futebol se tornou um produto lucrativo em diversos aspectos onde jogadores brasileiros tentam cada vez mais cedo atravessarem continentes na expectativa de fazerem parte dos grandes clubes europeus, empresários e agentes procuram o maior, e melhor, número de transferências que geram grandes cifras e os clubes tentam segurar pelo maior tempo possível suas revelações na expectativa de “valorizarem seu produto”. Um sistema jurídico único foi a forma encontrada para regularizar essas relações que ao mesmo tempo em que se tornam mais frequentes se tornam mais complicadas.

## Referências Bibliográficas

ARAUJO, Nadia de. Direito internacional privado: teoria e prática brasileira – 5.ed. atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

ARENHART, Sérgio Cruz. Breves observações sobre o procedimento arbitral. Disponível em:

[http://ufpr.academia.edu/SergioCruzArenhart/Papers/142816/BREVES\\_OBSERVACOES SOBRE\\_O\\_PROCEDIMENTO\\_ARBITRAL](http://ufpr.academia.edu/SergioCruzArenhart/Papers/142816/BREVES_OBSERVACOES SOBRE_O_PROCEDIMENTO_ARBITRAL) Acesso em 11/11/2012.

BEM, Leonardo Schmitt de; RAMOS, Rafael Teixeira. Direito Desportivo – Tributo a Marcílio Krieger. São Paulo: Quartier Latin, 2009

CASINI, Lorenzo. Sports Law: A Global Legal Order? Disponível em <http://ssrn.com/abstract=2079857>. Acesso em 17/01/2013.

CASINI, Lorenzo. The Making of a *Lex Sportiva*. The Court of Arbitration for Sport “Der Ernährer”. Disponível em [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1621335](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1621335) . Acesso em 11/11/2012

COLLUCI, Michele. MAJANI, Felix. The FIFA Regulations on the Labour Status and Transfer of Players. Disponível em <http://isjd.pdii.lipi.go.id/admin/jurnal/5408681710.pdf> Acesso em 11/11/2012.

DA SILVA, Eduardo Augusto Viana. O Poder, a Sociedade e o Estado o Poder no Desporto. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2006

DOLINGER, Jacob. Direito internacional privado: arbitragem comercial internacional. Rio de Janeiro: Renovar. 2003.

EZABELLA, Felipe Legrazie. Agente FIFA e o Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Quartier Latin, 2010.



FOSTER, Ken. Global Administrative Law: The Next Step For Global Sports Law? Disponível em <http://ssrn.com/abstract=2014694>. Acesso em 24/10/2012.

FOSTER, Ken. Is There a International Sports Law? Disponível em <http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/law/elj/eslj/issues/volume2/number1/foster.pdf>. Acesso em 11/11/2012.

FRIEDRICH, Tatyana Scheila. Normas Imperativas de Direito Internacional Privado: Lois de Police. Belo Horizonte. Fórum. 2007

MACHADO, Rubens Approbato et alli (coordenação) – Curso de Direito Desportivo Sistêmico – São Paulo: Quartier Latin, 2007

MELO FILHO, Álvaro. Direito Desportivo: aspectos teóricos e práticos / Álvaro Melo Filho – São Paulo: IOB Thomson, 2006

MELO FILHO, Álvaro. Nova lei Pelé: avanços e impactos. Rio de Janeiro. Maquinária, 2011.

MIGUEL, Ricardo Georges Affonso. A possibilidade de contratação do atleta menor de futebol e a utilização do instituto da antecipação de tutela para transferência do atleta de futebol. Disponível em

[http://portal2.trttrio.gov.br:7777/pls/portal/docs/PAGE/GRPPORTALTRT/PAGINAPRINCIPAL/JURISP\\_RUDENCIA\\_NOVA/REVISTAS%20TRT-](http://portal2.trttrio.gov.br:7777/pls/portal/docs/PAGE/GRPPORTALTRT/PAGINAPRINCIPAL/JURISP_RUDENCIA_NOVA/REVISTAS%20TRT-)

RJ/047/REVISTA%20TRIBUNAL%20REGIONAL%20DO%20TRABALHO%20DA%201%C2%AA%20REGI%C3%83O%20N%2047/A%20POSSIBILIDADE%20DE%20CONTRATA%C3%87%C3%83O%20DO%20ATLETA%20MENOR.PDF. Acesso em 11/11/2012

MIRANDA, Martinho Neves. O direito no desporto – 2.ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011

MITTEN, Matthew J. OPIE, Hayden. “Sports Law”: Implications For The Development Of International, Comparative, And National Law And Global Dispute Resolution. p. 16. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=1625919> . Acesso em 11/11/2012

NAFZIGER, James A. R. Internacional sports law. 2nd ed. Transational Publishers, 2004.

PAPALOUKAS, Marios. Policy, European Sports Law and *Lex Sportiva*. Disponível em [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1357783](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1357783) . Acesso em 24/10/2012.

SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 3ª ed., Malheiros, São Paulo.

SOUZA, Daniel Cravo. A problemática das “janelas de transferência” no contexto do futebol brasileiro.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: parte geral. -8. ed. – São Paulo: Atlas, 2008. – (Coleção direito civil; v.1)

WILL, Michael B. Normas desportivas internacionais e direito interno. Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/181948> Acesso em 24/10/2012.